



PLAN TERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

MESTRADO PROFISSIONAL - PLAN TERR

**DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINDICALISMO RURAL
NO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA: ELABORAÇÃO DE GUIA
ORIENTADOR COM FOCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO TRABALHO
FEMININO.**

CRISTIANE NASCIMENTO SANTOS

Feira de Santana -BA

2018

CRISTIANE NASCIMENTO SANTOS

**DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINDICALISMO RURAL
NO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA: ELABORAÇÃO DE GUIA
ORIENTADOR COM FOCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO TRABALHO
FEMININO.**

Relatório de intervenção e elaboração de produto apresentado ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) - Mestrado Profissional - como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientador: Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva

**Feira de Santana- BA
2018**

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado – UEFS

S234d Santos, Cristiane Nascimento

Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina : elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho feminino / Cristiane Nascimento Santos . - 2018.

113 f.: il.

Orientador: Onildo Araújo da Silva.

Relatório de intervenção e elaboração de produto apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana no curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial, 2018.

1. Sindicalismo – Mulheres. 2. Sindicalismo – Chapada Diamantina (BA). I. Silva, Onildo Araújo da, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 331.105.44-055.2

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLAN TERR - MESTRADO PROFISSIONAL

CRISTIANE NASCIMENTO SANTOS

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SINDICALISMO RURAL
NO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA: ELABORAÇÃO DE GUIA
ORIENTADOR COM FOCO NAS QUESTÕES DE GÊNERO



Prof. Dr. Onildo Araújo da Silva
PLAN TERR/UEFS



Prof. Dra. Acácia Batista Dias
UEFS



Prof. Dr. Dr. Nilson Weisheimer
UFRB

Aprovado em 04 de setembro de 2018

Dedico a todas que lutam pela
igualdade entre mulheres e homens
e que acreditam ser possível viver
uma sociedade mais justa para
todas/os.

AGRADECIMENTOS

E mais uma etapa foi concluída, não foi nada fácil, conseguir conciliar trabalho, estudo e família é uma tarefa para heroínas. Neste momento, agradeço a Deus em primeiro lugar por me dar saúde e muita força para superar todas as dificuldades.

Ao PLANTERR e aos seus docentes pelos ensinamentos. Em especial ao meu orientador Prof^o. Onildo Silva, pelo tempo dedicado a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, com destaque para Edimare, Elaine, Ruy e Lino. Aos meus pais e irmãs, que mesmo distante emararam todo o amor possível. Aos amigos e amigas presentes ou nem tanto, mas que com certeza torcem pelo meu sucesso.

Agradeço também a CAR enquanto instituição, que por meio dos Coordenadores do Projeto em que atuo, que tiveram a sensibilidade em perceber a importância da realização desse mestrado.

Ao meu marido pelo pleno apoio e abdicação, ao meu filho que por alguns meses não me teve tão presente, mas que sabia entender minha ausência, amo vocês infinitamente. Enfim, a todos que contribuíram para a realização deste objetivo que é me tornar mestre, fica registrado aqui, o meu muito obrigada!

RESUMO

Para tratarmos das questões de gênero no meio rural e as implicações que essas discussões trazem, apresentamos o conceito de gênero, a pauta do movimento de luta e as conquistas das mulheres junto ao movimento sindical, sucessão geracional e divisão sexual do trabalho. O processo de intervenção teve por objetivo geral a elaboração de um guia orientador relacionado às questões de gênero no meio rural com foco no protagonismo das mulheres lideranças de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STRs no âmbito dos municípios que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina. Assim, ao identificar o perfil das mulheres líderes sindicais, foi possível observar que são mulheres em sua maioria jovens, dividem as atividades domésticas com outro membro na residência, e algumas delas tiveram acesso ao ensino superior. Na elaboração do Guia Orientador, a partir da realização de três oficinas com as mulheres, utilizando-se de metodologia participativa, foi possível a construção de um produto que traz os temas de Políticas Públicas para as Mulheres e Divisão Sexual do Trabalho a partir da visão delas e daquilo que elas consideraram importante estar presente.

Palavras-chaves: Gênero, Mulheres Rurais, Sindicalismo.

Abstract

In order to treat gender issues in rural areas and the implications of these discussions, we present the concept of gender, the ruling of the struggle movement and the achievements of women in the trade union movement, the generational succession and the sexual division of labor. The process of product intervention and elaboration that we have had as general objective the elaboration of a guideline related to the gender issues in rural areas, with focus on the leading role of the women leaderships of Rural Workers' Unions within the municipalities that make up the Chapada Diamantina Identity Territory. Thus, by identifying the profile of women union leaders, it was possible to observe that they are mostly young women, divide the domestic activities with another member in the residence, and some of them had access to higher education. In the preparation of the Guidance guide, from the realization of three workshops with women, using a participatory methodology, it was possible to construct a product that brings the themes of Public Policies for Women and the Sexual Division of Labor from their vision and what they considered important is present.

Keywords: Gender, Rural Women, Syndicalism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz do IV Congresso da CONTAG, Brasília, 1985	15
Figura 2 - Mapa 1- Territórios de Identidade – Estado da Bahia 2016	18
Figura 3 - Municípios que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina, Bahia, 2017.	20
Figura 4 - Municípios que compõem o Polo Sindical da Chapada Diamantina, Bahia, 2017.	21
Figura 5 - Objetivos da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade, Bahia – 2014	34
Figura 6 - Linha do Tempo com fatos que marcaram o Sindicalismo Rural no Brasil	41
Figura 7 - Estrutura do Sindicalismo Rural na Bahia, 2017	42
Figura 8 - Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 1988	51
Figura 9 - Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Abaíra – BA.	54
Figura 10 - Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Ibitiara – BA.	55
Figura 11 - Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras de Wagner – BA.	56
Figura 12: Local de residências das Mulheres que possuem cargos nas Diretorias dos Sindicatos do Território Chapada Diamantina, 2018.	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área e população dos municípios que integram o Território da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, 2000-2017.	22
Quadro 2: Roteiro para elaboração do Guia Orientador	29
Quadro 3: Matriz de distribuição das Tarefas entre Mulheres x Homens	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio e sexo nos municípios do Território Chapada Diamantina - Bahia – 2010.....	23
Tabela 2 - Idade das Mulheres Líderes Sindicais por grupos de idade, Território Chapada Diamantina – 2017	59
Tabela 3 - Mulheres Líderes Sindicais que tem filhos, Território Chapada Diamantina – 2017	60
Tabela 4 - Acesso a Educação - Grau de Escolaridade de Escolaridade das Mulheres que possuem Cargos de Diretoria nos STRs do Território Chapada Diamantina - Bahia, 2017.	60
Tabela 5 - Acesso aos meios de Comunicação das Mulheres Líderes Sindicais, Território Chapada Diamantina – 2017.....	63
Tabela 6 - Divisão das Atividades Domésticas das Mulheres Líderes Sindicais, Território Chapada Diamantina – 2017.....	65

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPPA	<i>Conselho de Acompanhamento do Plano PluriAnual</i>
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNTTR	Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DIRES	Diretoria Regional de Saúde
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNRURAL	Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR	Imposto Territorial Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MSTTR	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NTE	Núcleo Territorial de Educação
NTS	Núcleo Territorial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PROINF	Projeto de Apoio a Projetos de infraestrutura e Serviços em Territórios
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos <i>Territórios</i> Rurais
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
STR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TI	Território de Identidade
UTLAB	União Nacional dos Cultivadores e Trabalhadores da Agricultura do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Organização do trabalho	16
1.2 Caracterização da área foco da Intervenção	17
1.3 Procedimentos Metodológicos	25
2. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES NO ESTADO DA BAHIA	31
2.1 Territórios de Identidade: conceito, características, divisão Territorial na Bahia	32
3. SINDICALISMO RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO	36
3.1 Agricultura Familiar: Base do Sindicalismo Rural	43
4. QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: IMPLICAÇÕES PARA O SINDICALISMO	47
5. PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DO GUIA ORIENTADOR	59
6. RELATO DAS OFICINAS E CONSTRUÇÃO DO GUIA	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
8. REFERÊNCIAS	71
9. GUIA ORIENTADOR COM AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL	74
APÊNDICES	105
ANEXOS	109

1. INTRODUÇÃO

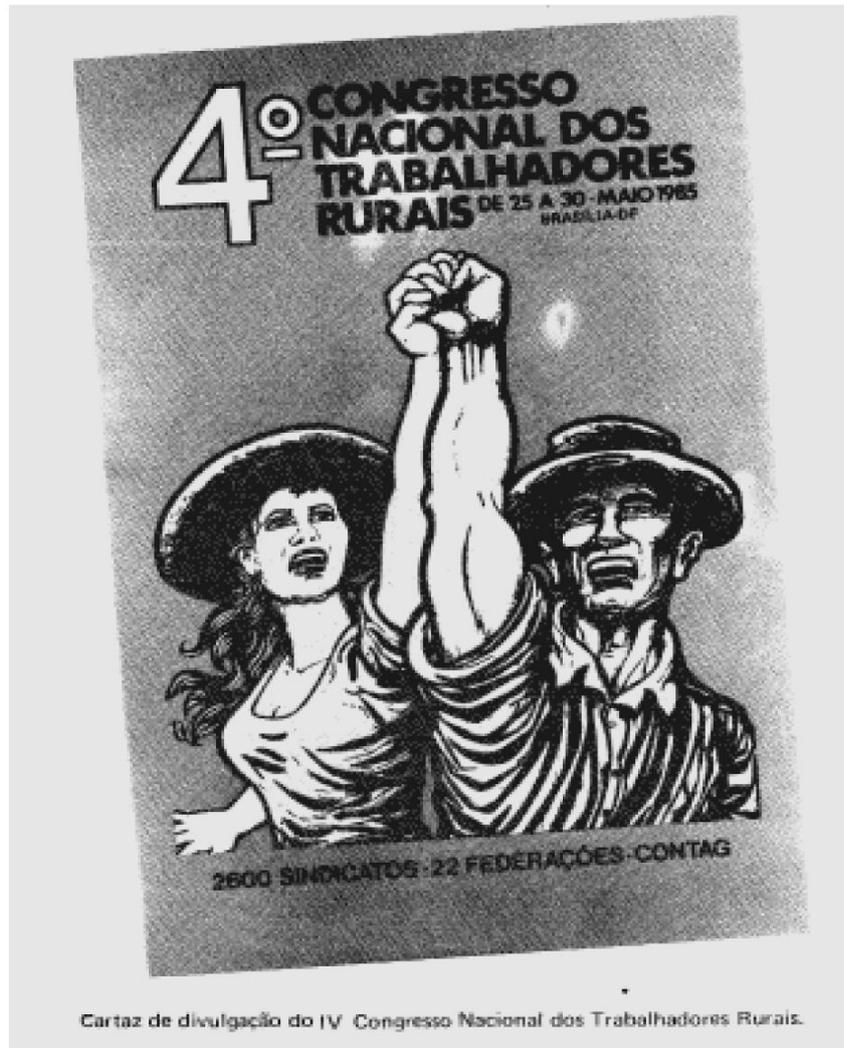
O sindicalismo rural no Brasil inicia-se em meados do século XIX com o surgimento da primeira Liga Camponesa. Desde então ocorreram muitas conquistas pela classe trabalhadora rural por meio dos Sindicatos, Federações e Confederações que defendem a luta do povo rural. Medeiros (1989) afirma que os sindicatos eram no seu início a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos. Assim, na análise das forças políticas que de alguma forma apoiavam as lutas dos trabalhadores no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos e encontrava respaldo na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa lei que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50.

Na Bahia os primeiros registros oficiais que tratam da questão do sindicalismo rural datam de 1952 quando foram fundados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna, mas estes só foram reconhecidos cinco anos após a fundação. (FETAG, 2016). Em 1962 foi realizado o I Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Itabuna, reunindo delegações de vários municípios da Bahia e também de outros Estados. No ano seguinte (1963), o então presidente João Goulart assinou a Lei Nº 4.214, de 2 de março de 1963. – o Estatuto do Trabalhador Rural, o que tornaria mais fácil a fundação de sindicatos e o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Nesse período foram fundados alguns sindicatos na Bahia, a exemplo de Uruçuca-Ipiaú, Ibirataia e Coaraci, que serviram de base para a criação da FETAG-BA em 1º de Setembro de 1963.

No Território Chapada Diamantina dentre os 24 (vinte e quatro) municípios que o compõem, de acordo com pesquisas documentais feitas em atas e estatutos dos sindicatos dos trabalhadores rurais, datam de 1971 a fundação do STR de Andaraí, sendo esse o primeiro sindicato do território aqui estudado.

Quando se trata da participação das mulheres no Sindicalismo Rural, as conquistas são mais recentes. No seu livro sobre História dos Movimentos Sociais no Campo, Medeiros (1989) apresenta duas imagens que podem ser analisadas como mais um passo na conquista das mulheres. Por exemplo, no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CONTAG, realizado em 1985, o cartaz de divulgação traz imagem de um homem e uma mulher (figura 1).

FIGURA 1 – Cartaz do 4º Congresso da CONTAG, Brasília, 1985



Fonte: Medeiros, 1989.

É importante ressaltar que ao longo dos anos, ocorreram algumas conquistas em termo de participação das mulheres no movimento sindicalista rural. Em 1998 no 7º Congresso da CONTAG foi aprovado a orientação de que as diretorias dos STRs eleitas a partir daquele ano, passassem a ter no mínimo 30% de mulheres. Foi também neste ano que ocorreu outra conquista, como relata Foro; Rodrigues e Silva; (2017), ao afirmarem que em 1989 as trabalhadoras rurais da CONTAG conseguiram a criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural.

Outro avanço na luta das mulheres foi a inserção, a partir do 7º Congresso em 1998, do termo Trabalhadoras na denominação do Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais – CNTR que passa de CNTR para Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras

Rurais – CNTTR. É neste ano também que ocorre participação histórica de 42% de mulheres na delegação do Congresso.

Mas foi em 2013, durante o 11º Congresso da CONTAG que as mulheres conseguiram inserir a orientação na paridade para eleições nos STRs, ou seja, a partir daquele momento as novas diretorias sindicais deverão ter 50% de mulheres e 50% de homens.

No seu livro sobre sindicalismo Marx (1980) afirma que os sindicatos têm por finalidade equilibrar as forças entre as classes dominantes e operárias. Ressalta ainda que a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores, e que não se trata de uma luta por privilégios, mas sim pelo estabelecimento de direitos e deveres.

O processo de intervenção e elaboração de produto que efetivamos teve por objetivo geral a elaboração de um guia orientador relacionado as questões de gênero no meio rural com foco no protagonismo das mulheres lideranças de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STRs no âmbito dos municípios que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina.

Já os objetivos específicos foram:

- a) Identificar o perfil das mulheres lideranças no âmbito dos STRs do Território Chapada Diamantina
- b) Analisar a organização, instâncias e forma de participação das mulheres no STRs do Território Chapada Diamantina
- c) Propor um Guia Orientador relacionado as questões de Gênero, com foco em dois temas: divisão sexual do trabalho e políticas públicas para as mulheres rurais do Território da Chapada Diamantina.

1.1 Organização do trabalho

O trabalho está dividido da seguinte forma: a introdução traz alguns pontos chaves que foram tratados, seguido pelos objetivos, pela caracterização da área foco da intervenção e os procedimentos metodológico.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre a Política de Desenvolvimento Territorial com uma análise da implementação desta política na Bahia, Territórios de Identidade: conceito, características e divisão territorial na Bahia.

O terceiro capítulo discute o sindicalismo rural no Brasil analisando o contexto histórico, passando pelo sindicalismo rural no Bahia e a importância da agricultura familiar para os Sindicatos. O capítulo quatro traz as questões de gênero no meio rural e as implicações para o sindicalismo.

Logo após temos a apresentação do perfil das mulheres participantes do processo de intervenção e construção do guia orientador, seguido do capítulo seis que nos apresenta um Relato das Oficinas e Construção do Guia. Nos capítulos que se seguem temos as Considerações Finais, as Referências utilizadas e o Guia Orientador com as Questões de Gênero no Meio Rural. Ao final temos os apêndices e anexos.

1.2 Caracterização da Área Foco da Intervenção

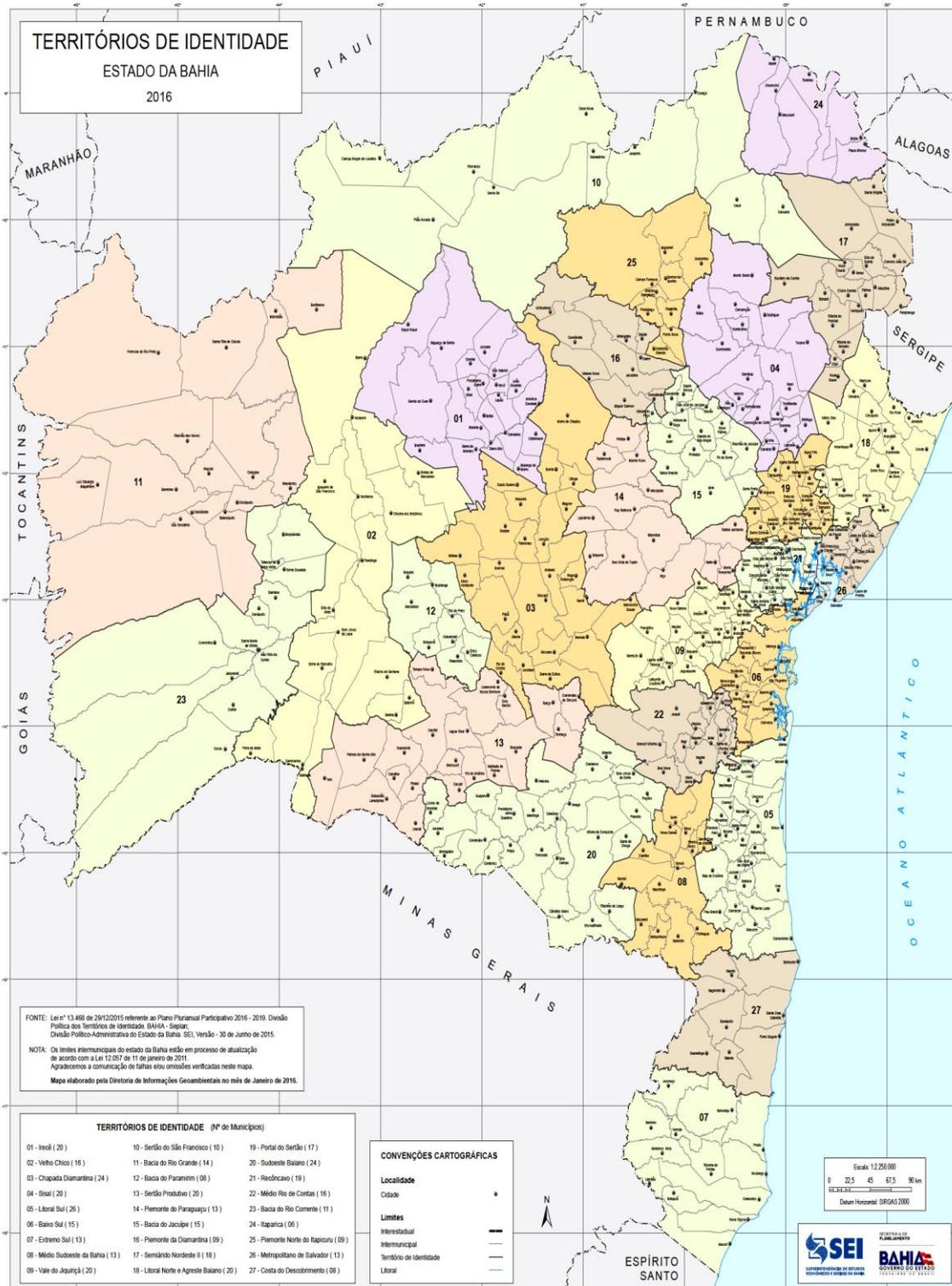
Este estudo tem como foco o Território de Identidade Chapada Diamantina que localiza-se majoritariamente no Centro Sul Baiano, entre as coordenadas aproximadas de 10°45' a 13°56' de latitude sul e 40°24' a 42°37' de longitude oeste, ocupando uma área aproximada de 30.458 km² segundo dados do IBGE (2016) e correspondendo 5,7% do território estadual (SEI, 2016).

Ainda segundo dados da SEI, a economia do Território se destaca no setor de comércio e serviços com 65,8%, seguido pela agropecuária, com 20,7%, e pela indústria, com 13,5%. O produto interno bruto (PIB) do TI no ano de 2012 foi de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões, representando 1,4% do PIB estadual. Para o mesmo ano, o PIB per capita do território foi de R\$ 6.372,04, inferior ao da Bahia, que apresentou o valor de R\$ 11.832,33.

Atualmente o estado da Bahia está subdividido, para fins administrativos, em 27 territórios de Identidade (Figura 2), utilizados como unidade de gestão de acordo com o Plano Plurianual – PPA, essa Regionalização por Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios. Os Territórios também definem áreas de atuação de diversos órgãos do Governo do Estado da Bahia, como por exemplo os Núcleos Territoriais de Educação - NTE e Núcleos Territoriais Saúde – NTS (antigas

Diretorias Regionais de Educação – DIREC e Diretorias Regionais de Saúde – DIRES, respectivamente) e as área de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

FIGURA 2 - Territórios de Identidade Estado da Bahia, 2016



Fonte: SEI, 2016

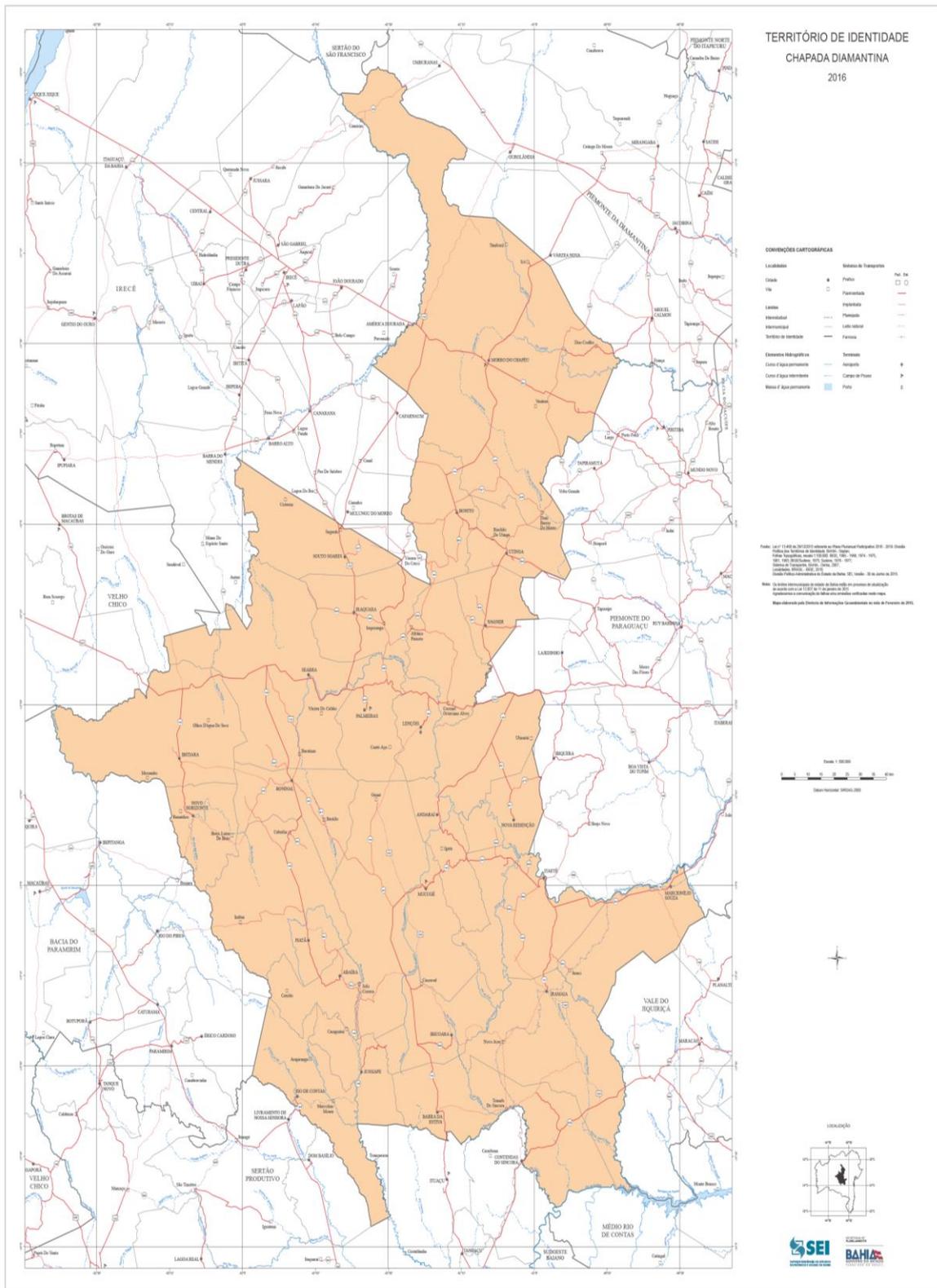
Dentre os 27 (vinte e sete) territórios encontra-se o Território Chapada Diamantina (Figura 3), que está localizado no centro do estado da Bahia compreendendo 24 municípios (Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iramaia, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner).

Escolhemos um recorte com base nos Territórios de Identidade e não pelos municípios que compõem o Polo Sindical da Chapada Diamantina (Figura 4) (Abaíra, Andaraí, Boninal, Bonito, Boa Vista do Tupim, Ibiquera, Ibitiara, Iraquara, Iaçú, Itaberaba, Lagedinho, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Piatã, Palmeiras, Ruy Barbosa, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner).

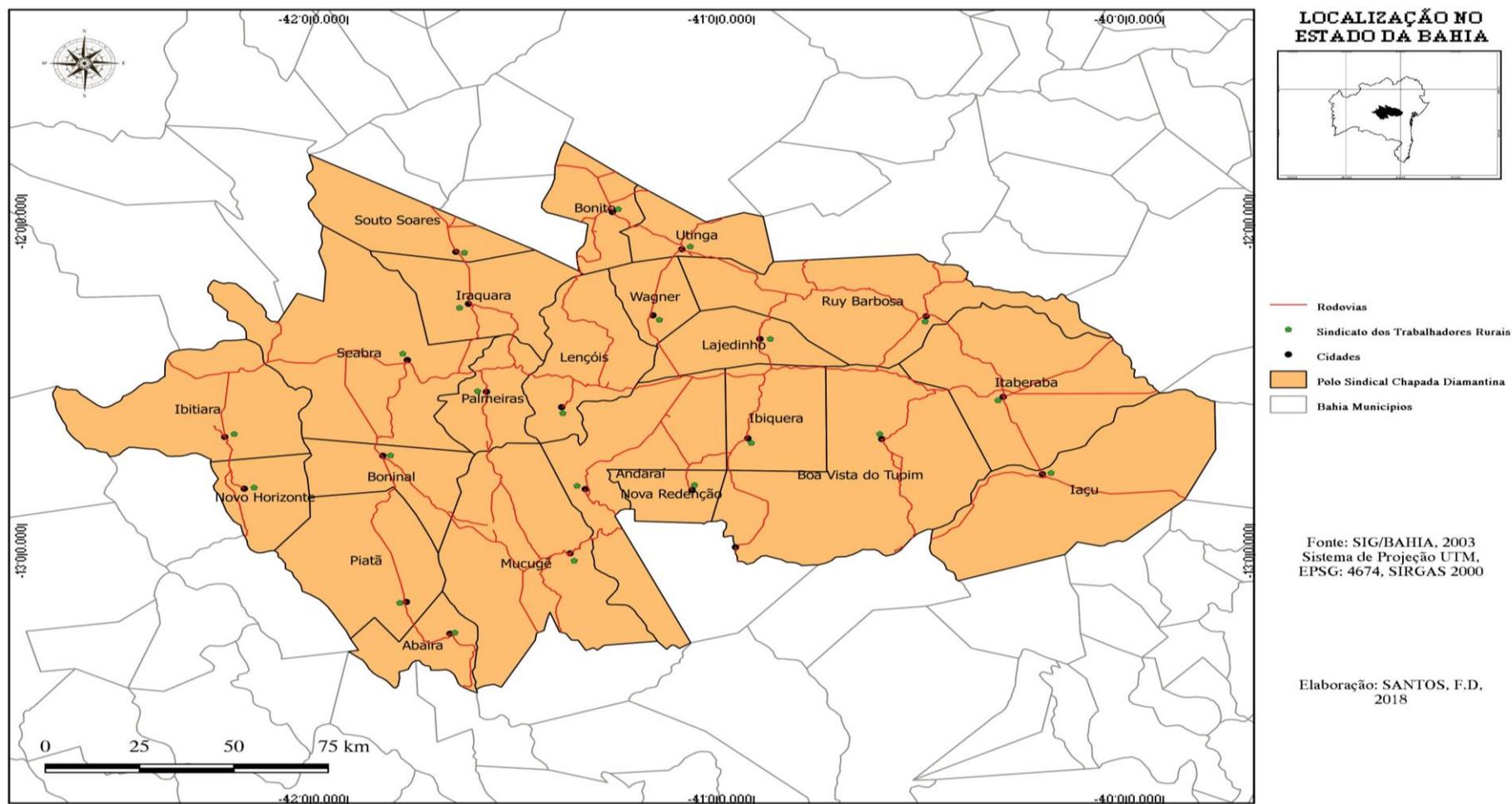
A escolha se deu por dois motivos: primeiro, o Polo Sindical tem atuação em Sindicatos filiados exclusivamente a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia- FETAG - BA, e para realização da nossa intervenção e elaboração do guia, fizemos a opção pelo envolvimento das duas Federações – FETAG e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado da Bahia – FETRAF- BA – pois as duas tem atuação no Estado e no Território de Identidade Chapada Diamantina; segundo, porque o deslocamento e mobilização das mulheres, especialmente para as oficinas de construção do guia foi mais fácil pela conformação territorial, visto que os municípios que compõem o Território de Identidade Chapada são os mesmos 24 (vinte e quatro) da área de atuação da instituição que atualmente desenvolvo minha atividade profissional.

Ao comparamos a extensão territorial e a quantidade de habitantes por município, temos as seguintes informações: Wagner é o município com menor extensão com apenas 416 Km², seguido por Nova Redenção e Jussiape. Por outro lado, os municípios que contam com maior extensão territorial e aqueles que tem maior população teremos que os municípios com maior extensão territorial são Morro do Chapéu, Seabra e Mucugê e os de maior população Seabra, Morro do Chapéu e Iraquara. Esses dados nos interessam pois estamos falando de uma categoria que tem relação direta com a terra e do acesso a ela (Tabela 1).

FIGURA 3 - Municípios que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina, 2017



Fonte: SEI, 2017

FIGURA 4 - Municípios que compõem o Polo Sindical da Chapada Diamantina, Bahia, 2017

De acordo com IBGE a população total (Quadro 1) do Território de Identidade Chapada Diamantina era de 371.276 habitantes em 2010 e a estimativa é de que em 2017 esse número passasse para 397.861 habitantes. No que se refere à distribuição por gênero, 50,1% eram do sexo masculino, e 49,9%, do sexo feminino, ou seja, para cada 100 homens, existiam 99,8 mulheres. Do total de habitantes do TI, 48,4% residiam no meio urbano, e 51,6%, no meio rural (Tabela 1).

QUADRO 1 – Área e população dos municípios que integram o Território da Chapada Diamantina. Estado da Bahia. 2000 – 2017.

Município	Área (km ²)	População (hab)		
		Total 2000	Total 2010	Estimativa 2017
Abaíra	578	9607	8.316	9.199
Andaraí	1895	13884	13.960	13.737
Barra da Estiva	1402	24440	21.187	22.083
Boninal	848	12461	13.695	14.760
Bonito	641	12902	14.834	17.131
Ibicoara	977	14453	17.282	19.786
Ibitiara	1.755	14443	15.508	16.855
Iramaia	1.708	10.550	11.990	9.901
Iraquara	800	18334	22.601	25.536
Itaetê	1194	14006	14.924	16.586
Jussiape	523	10051	8.031	7.060
Lençóis	1240	11425	10.368	11.636
Marcionilio Souza	1162	10775	10.500	10.931
Morro do Chapéu	5532	34494	35.164	36.856
Mucugê	2482	13682	9.957	9.957
Nova Redenção	511	8636	8.034	9.500
Novo Horizonte	614,8	8502	10.673	12.514
Palmeiras	696	7518	8.410	9.250
Piatã	1508	18977	17.982	18.267
Rio de Contas	1056,3	13935	13.007	13.712
Seabra	2825	39422	41.798	45.568
Souto Soares	1096	14795	15.899	17.503
Utinga	717	16889	18.173	19.780
Wagner	416	8976	8.983	9.753
Total	30.458	352.607	371.276	397.861

Fonte: IBGE, 2017.

Se fizermos um comparativo entre a quantidade de homens e mulheres que residem no meio urbano com aqueles que residem no âmbito rural tem-se que a população urbana conta com aproximadamente 87.308 homens e 92.586 mulheres. Já na zona rural temos 98.414 homens e 93.556 mulheres. Se analisarmos o porque do rural ter um número maior de homens do que de mulheres, podemos destacar o acesso a educação superior que é mais procurado por mulheres e essa tem que ser deslocar para as cidades, além disso temos o mercado de trabalho urbano e a questão da sucessão geracional no meio rural. Como afirma Brumer (2008) as condições culturais de exercício da atividade agrícola também estão ligadas a estratégias de reprodução na agricultura familiar, particularmente a estratégias sucessórias. A valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais.

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio e sexo nos municípios do Território Chapada Diamantina - Bahia - 2010

Municípios	População residente								
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo					
				Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Abaíra	8 316	4 082	4 234	3 736	1 788	1 948	4 580	2 294	2 286
Andaraí	13 960	7 181	6 779	7 773	3 881	3 892	6 187	3 300	2 887
Barra da Estiva	21 187	10 648	10 539	10 404	5 072	5 332	10 783	5 576	5 207
Boninal	13 695	6 702	6 993	4 607	2 194	2 413	9 088	4 508	4 580
Bonito	14 834	7 521	7 313	6 232	3 060	3 172	8 602	4 461	4 141
Ibicoara	17 282	8 754	8 528	10 961	5 510	5 451	6 321	3 244	3 077
Ibitiara	15 508	7 695	7 813	3 437	1 638	1 799	12 071	6 057	6 014
Iramaia	11 990	6 167	5 823	5 404	2 675	2 729	6 586	3 492	3 094
Iraquara	22 601	11 244	11 357	6 757	3 230	3 527	15 844	8 014	7 830
Itaeté	14 924	7 513	7 411	6 209	3 010	3 199	8 715	4 503	4 212
Jussiape	8 031	3 907	4 124	3 068	1 423	1 645	4 963	2 484	2 479
Lençóis	10 368	5 210	5 158	8 037	3 947	4 090	2 331	1 263	1 068
Marcionílio Souza	10 500	5 298	5 202	5 312	2 564	2 748	5 188	2 734	2 454
Morro do Chapéu	35 164	17 688	17 476	20 267	9 790	10 477	14 897	7 898	6 999
Mucugê	10 545	5 228	5 317	4 180	2 012	2 168	6 365	3 216	3 149
Nova Redenção	8 034	4 069	3 965	5 237	2 581	2 656	2 797	1 488	1 309
Novo Horizonte	10 673	5 502	5 171	3 505	1 766	1 739	7 168	3 736	3 432
Palmeiras	8 410	4 174	4 236	5 239	2 550	2 689	3 171	1 624	1 547
Piatã	17 982	8 734	9 248	7 612	3 596	4 016	10 370	5 138	5 232
Rio de Contas	13 007	6 233	6 774	6 309	2 948	3 361	6 698	3 285	3 413
Seabra	41 798	20 685	21 113	20 277	9 734	10 543	21 521	10 951	10 570
Souto Soares	15 899	8 053	7 846	6 039	3 000	3 039	9 860	5 053	4 807
Utinga	18 173	8 936	9 237	12 810	6 158	6 652	5 363	2 778	2 585
Wagner	8 983	4 498	4 485	6 482	3 181	3 301	2 501	1 317	1 184
TOTAL	371.864	185.722	186.142	179.894	87.308	92.586	191.970	98.414	93.556

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os municípios que compõem o território possuem população entre 8031 e 41798 habitantes, com Seabra, com 41.798 habitantes, que tem a maior proporção, 11,2% da população total do TI em 2010. Os demais 23 municípios variaram entre 9,5% e 2,2% na composição populacional do território.

No território Chapada Diamantina os agricultores e agricultoras são em geral aqueles que vivem em pequenos lotes de terra que variam de 1 a 10 hectares, sem documentos que comprovem a sua titularidade, ou seja, apenas com documentos como Imposto Territorial Rural – ITR.

Justifica-se a implementação de um projeto de intervenção que visa a construção de um guia orientador referente as questões de gênero a partir do protagonismo de mulheres lideranças sindicais, aqui entendidas como mulheres que fazem parte da diretoria dos STRs. É importante que as mulheres discutam, conheçam e possam se inserir nas discussões de gênero, para que busquem cada dia mais a igualdade entre homens e mulheres, inclusive no meio rural, onde essas discussões ainda são pouco presentes. A importância do guia se justifica ainda pelo fato de até o presente momento não existir nenhum material que seja elaborado e discutido pelas e para as mulheres dos Sindicatos estudados. Além disso, as mulheres poderão planejar algumas ações nas quais o guia sirva de instrumento de capacitação para as mulheres líderes sindicais e sindicalizadas.

Este trabalho de conclusão de curso visou a elaboração de um produto que seja útil e possa ser utilizado pelas lideranças sindicais. Utilidade essa que poderá ser para discutir e conhecer políticas públicas, que podem ser acessadas pelas mulheres rurais, seja para compreender de forma didática como se dá a divisão do trabalho entre homens e mulheres no meio rural.

Ao final deste projeto de intervenção as mulheres dos Sindicatos passaram a contar com um instrumento que discute alguns temas importantes como por exemplo, políticas públicas para o meio rural e divisão sexual do trabalho. Sendo relacionadas as questões de gênero e atuação das mulheres líderes sindicais nas suas atividades do dia a dia e servirá de base para implementar ações voltadas para as mulheres rurais.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de intervenção que realizamos teve como produto um guia orientador tratando sobre as questões de gênero no meio rural: políticas públicas e divisão sexual do trabalho e ocorreu de acordo com as seguintes fases:

- **Preparação da Intervenção**

Na fase de preparação da intervenção, foram realizados contatos com representantes dos sindicatos dos municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina e identificados quais instâncias representavam ou eram representadas por mulheres. Visto que as diretorias são compostas na maior parte dos STRs por 24 membros com paridade entre homens e mulheres, desde a determinação aprovada no 11º Congresso da CONTAG em 2013, a partir de então, os sindicatos rurais que realizam eleições, atendem a essa orientação e tem nas suas diretorias 12 homens e 12 mulheres, sendo 12 titulares (6 homens e 6 mulheres) e 12 suplentes (6 homens e 6 mulheres) na seguinte estrutura: São 9 membros na Diretoria Executiva, composta por Presidente, Secretário Geral, Secretário de Finanças, Secretária de Mulheres, Secretário(a) de Jovens e Adolescentes, Secretário(a) de Políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente, Secretário(a) de Políticas Sociais, Secretário(a) Formação e Organização Sindical, Secretário(a) da Terceira Idade, 9 membros Suplentes da Diretoria, 3 membros do Conselho Fiscal e Suplentes do Conselho Fiscal. Cabe aqui ressaltar que alguns sindicatos têm estruturas diferentes da acima apresentada como será visto nos organogramas apresentados no capítulo 4 (Figuras 9 e 10).

- **Diagnóstico**

O diagnóstico ocorreu a partir das seguintes ações:

Levantamento Bibliográfico: O levantamento bibliográfico foi realizado para a construção da fundamentação teórica e focou os seguintes temas: Política de Desenvolvimento Territorial, Sindicalismo Rural no Brasil e Questões de Gênero no Meio Rural.

Aplicação de formulário: foram aplicados 24 formulários (apêndice I), juntos as mulheres líderes sindicais que compõem os 24 STRs dos municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina. Essas mulheres possuem cargos de secretárias ou diretoras nos Sindicatos. Essa atividade foi realizada na sede dos sindicatos. Essa opção foi para evitar tirar as mulheres dos seus locais de atuação e para que elas se sentissem mais à vontade para responder as questões apresentadas. Além disso, na ocasião já foram coletadas informações (questões 26, 27, 28, 29 e 30 do **Formulário**) para identificação dos perfil das mulheres que deram base para iniciarmos o processo de elaboração do guia orientador.

Análise documental: Foram analisados os seguintes documentos:

- Atas de eleições das últimas diretorias dos STRs no período de 2013 a 2017, visto que o pleito eletivo acontece a cada 4 (quatro) anos;
- Foram levantados junto as Secretarias/Diretorias de Mulheres dos Sindicatos as atas e/ou relatórios, para saber quais temas tem sido discutidos e quais atividades veem sendo implementadas no período de 2013 a 2017, que fossem relacionadas as mulheres;
- Anais dos dois últimos congressos da CONTAG: 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (12º CNTTR) e do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (11º CNTTR) realizados nos anos de 2017 e 2013 respectivamente;
- Texto base do 12º CNTTR e 11º CNTTR;
- Estatutos dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: foram analisados os estatutos dos STRs que participaram da construção deste produto para verificar como são tratados itens específicos para as mulheres;
- Declaração conjunta para processo eletivo. Está declaração apresenta os cargos e os nomes das pessoas que estão se candidatando em uma determinada chapa para as eleições de um dado sindicato (modelo no anexo I);
- Relatórios de atividades desenvolvidas com temas ligados as mulheres rurais pelos sindicatos.

- **Aplicação de Formulário – Perfil das Mulheres**

O processo de preparação da intervenção se deu já na aplicação dos formulários junto as mulheres, pois no mesmo momento em que eram respondidas as questões referentes ao perfil das mulheres estudadas, foi possível já coletar sugestões de como deveria ser elaborado o guia, bem como quais temas poderiam constar no produto.

No primeiro momento o objetivo era que o formulário fosse respondido apenas por mulheres que são diretoras/secretárias de mulheres, e isso vinha sendo seguido. Acreditava-se que todos os sindicatos teriam a secretaria ou diretoria em questão, era apenas uma pergunta para fazer diferenciação daqueles que tem uma instância ou outra. Porém nos deparamos com alguns em que não existem a instância de mulheres (Figura 11) e portanto, tivemos que nos adequar, passando então, o formulário a ser respondido por qualquer mulher que compunha a Diretoria e não somente diretoras ou secretárias de mulheres.

A decisão por aplicar o formulário com mulheres que não são diretoras ou secretárias de mulheres se deu para que pudéssemos manter a representatividade do estudo, que buscou envolver os 24 sindicatos do Território Chapada Diamantina.

- **Elaboração do Produto**

- **Construção do Guia Orientador:** O guia foi elaborado com a utilização de metodologia participativa junto às mulheres líderes sindicais. A metodologia participativa é entendida como um processo contínuo. É uma base para o trabalho com enfoque participativo que precisa ser adaptada, a cada instante, de acordo com cada grupo alvo e sua realidade. (KUMMER, 2007).

No processo de intervenção que relatamos aqui foram realizados 3 (três) oficinas com 4 horas de duração cada. As mulheres convidadas a participar desta atividade, foram as mesmas que responderam ao formulário para a identificação do perfil, ou seja, aquelas que fazem parte da Diretoria dos STRs do Território Chapada Diamantina. A escolha das mulheres que participaram de cada grupo seu deu pela proximidade entres os municípios. Como o Território é composto por 24 (vinte e quatro) municípios, optamos pela divisão em 3

grupos de 8 municípios que tem proximidade. Isso foi feito para diminuir o transtorno do deslocamento com tempo e transporte disponível. A divisão ficou da seguinte forma:

Oficina 1 - Municípios de Andaraí (sede de realização da Oficina), Mucugê, Itaetê, Marcionílio Souza, Wagner, Nova Redenção, Utinga e Bonito;

Oficina 2 – Municípios de Seabra (sede de realização da Oficina) - Novo Horizonte, Ibitiara, Iraquara, Souto Soares, Lençóis, Palmeiras e Morro do Chapéu

Oficina 3 - Municípios Piatã (sede para a realização da Oficina): Abaíra, Rio de Contas, Jussiape, Boninal, Barra da Estiva, Iramaia e Ibicoara.

Em cada oficina, após abertura com dinâmica de integração, foi realizada uma breve apresentação das participantes que diziam o nome, função na diretoria e de qual sindicato fazia parte. Após isso foi apresentado os objetivos da oficina, bem como a forma de condução. No primeiro momento foi realizado uma tempestade de ideias, procedimento que visou oferecer aos participantes uma dinâmica que facilita o surgimento de ideias e opiniões.

A essência da Tempestade de Ideias é a realização de um encontro/reunião/oficina onde seja possível a criação de um ambiente agradável para que as pessoas se sintam a vontade para externar ideias e soluções para alguma situação. Para isso, é necessário que exista um tema específico que neste caso foram os temas que compõem o guia orientador (Políticas Públicas para as mulheres Rurais e Divisão Sexual do Trabalho). É preciso que os participantes estejam sentados de forma que todas possam ser visualizadas, as ideias devem ser anotadas em um quadro negro ou em uma folha de papel para que se possa, ao final do tempo estabelecido ou quando as ideias tenham se exaurido, analisar e adaptar de acordo com as necessidades do tema a ser trabalhado.

Após esta etapa discutiu-se as ideias que foram apresentadas e quais as essenciais para composição do guia (Quadro 2). Visto que não é objetivo e nem seria possível esgotar as discussões em torno das questões de gênero no meio rural, especialmente aquelas que perpassam pelos sindicatos rurais. O objetivo das oficinas foi apresentar a proposta e construir coletivamente o guia.

QUADRO 2- Roteiro para elaboração do Guia Orientador

Nº	Item	Objetivo
1.	Data e local	Referencial quando e onde o guia foi construído
2.	Ficha técnica	Apresentação dos que contribuíram na construção do guia
3.	Título	Orientar o tema principal tratado no guia
4.	Apresentação	Breve relato sobre a construção e os assuntos que serão apresentados, bem como a estrutura que compõem o guia.
5.	Contextualização	Exposição dos temas através de textos orientadores
6.	Considerações Finais	Considerações a respeito do Guia Orientador e dos temas abordados, bem como leituras recomendadas, visto que o Guia será orientador, indicativo por isso a necessidade de recomendação para quem desejar fazer leituras mais aprofundadas a respeito dos temas apresentados
8.	Referências	Referências utilizadas em toda a elaboração do Guia Orientador

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

O segundo momento da oficina foi realizado com a utilização da metodologia participativa denominada de Rotina diária das atividades de Mulheres e Homens (Quadro 3). De acordo VERDEJO (2007) o objetivo é a descrição de atividades das mulheres e dos homens de um grupo social específico, ajudando a colocar em evidência a sua distribuição, tornando visível o trabalho que desempenha cada membro da família e permitindo compreender a dinâmica das relações sociais de gênero. Ainda de acordo com verdejo (2017):

O objetivo da técnica é visualizar a divisão de trabalho entre homens e mulheres. Torna evidente a carga de trabalho real da mulher. Contribuir para a valorização do trabalho da mulher. Terá como tempo de duração uma média entre 1 – 2 horas. E os seguintes materiais: 2 pedaços grandes de papel, tarjetas, pincéis e giz de cera. Como é feito: formar dois grupos, que preenchem o quadro, por separado, para discutir depois, de forma conjunta, as semelhanças e diferenças entre eles. (pág. 51-52).

A matriz apresentada abaixo nos ajudou a compreender de que forma acontece a divisão do trabalho entre homens e mulheres no que se refere as lideranças sindicais estudadas.

Quadro 3 - Matriz de distribuição das tarefas entre mulheres e homens

Matriz de Distribuição das Tarefas entre Mulheres e Homens												
Tarefas	Mulheres						Homens					
	Atividade			Uso do Tempo			Atividade			Uso do Tempo		
	Adulta	Jovem*	Criança**	Adulta	Jovem	Criança	Adulto	Jovem	Criança	Adulto	Jovem	Criança
Trabalho Produtivo/Reprodutivo												
Agricultura												
Plantação												
Colheita												
Criação de animais												
Grande Porte												
Pequeno porte												
Outras atividades produtivas												
Beneficiamento												
Comercialização												
Compra de insumos												
Emprego fora da propriedade												
Tarefas Domésticas												
Pegar lenha												
Pegar água												
Cuidar da casa												
Cozinhar												
Cuidar das crianças												
Atividades sociais/culturais												
Trabalho comunitário												
Atividades educativas												
Atividades recreativas												
Projetos de desenvolvimento												
Atividades na hora de folga												
Visitas amigos, familiares												
Lazer												
Festas												
Outras atividades												
Legenda	Participa da atividade						Emprega muito tempo na atividade					
	Não participa da atividade						Emprega pouco tempo					
*Jovens aqui entendidos aqueles que tem entre 18 e 29 anos												
**Crianças aqui entendidas como aquelas que tem entre 10 e 17 anos												

Fonte: Adaptado de VERDEJO, 2007.

O guia é documento elaborado em diálogo com lideranças, estruturado a partir de demandas expressas em diversas instâncias de participação social e de ações de fortalecimento dos espaços de diálogo. Além disso, pode ser considerado uma ferramenta informativa, uma publicação com indicações sobre determinado assunto.

Após a elaboração do guia, ele foi enviado aos STRs participantes da elaboração. O objetivo é conseguir após a aprovação final, a busca de recursos junto a entidades como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, ligada a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia para possível publicação diagramada do Guia, tanto em meio eletrônico através do *site* da instituição, bem como versão impressa.

2. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Uma análise das ações no Estado na Bahia

No Brasil, começou a ser implantada na primeira gestão do Governo Lula 2003-2007, a política de Desenvolvimento Territorial, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹ – MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. A SDT tinha como principal missão contribuir na organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais, com foco na gestão participativa e no desenvolvimento sustentável e na promoção e implementação de políticas públicas (MDA, 2015).

Na Bahia, a política de Desenvolvimento Territorial subsidiada pelas iniciativas da SDT/MDA iniciou as primeiras atividades ainda em 2005, mas foi na primeira gestão do Governo de Jacques Wagner que as ações ganharam força. Isso deu-se através da consolidação dos Territórios de Identidade, buscando maior participação social e integração entre sociedade civil e poder público, formação de instâncias coletivas, tais como os Colegiados Territoriais², construção e discussão de diversas políticas públicas. Como aquelas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF e do Projeto Bahia Produtiva que é desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia – CAR que tem nas instâncias do Colegiado Territorial uma de suas etapas de seleção de projetos a serem implementados em comunidades rurais.

No Território Chapada Diamantina, localizado no Semiárido Baiano, encontra-se em processo de consolidação um colegiado territorial, denominado de Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina – CODETER Chapada Diamantina –

¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead) do Brasil foi criada em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780 substituindo o antigo Ministério.

² O Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável (Codeter) é o fórum de discussão e de participação social presente em todos os Territórios de Identidade. Trata-se de um espaço de planejamento, cogestão e concentração de políticas públicas, programas e projetos. Cada Território de Identidade possui um colegiado, composto por representantes de organizações da sociedade, que representam a diversidade social do território, e de órgãos e instituições públicas municipais, estadual e federal. O Codeter tem composição paritária com, pelo menos, 50% da sociedade civil e o máximo de 50% do poder público.

composto por organizações públicas e da sociedade civil, dos 24 (vinte e quatro) municípios que o integram.

2.1 Territórios de Identidade: conceito, características e divisão Territorial da Bahia

Neste capítulo iremos tratar sobre a Política de Desenvolvimento Territorial, trazendo o conceito, características e a divisão Territorial na Bahia. A ideia aqui é apresentar como foi criado a política, qual o objetivo dessa divisão e como ela está sendo implantada na Bahia, inclusive com a criação da Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014³.

O MDA (2007) define um Território de Identidade como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, apresentava uma agenda de articulação intersetorial, interfederativa e participativa para promover o desenvolvimento rural tendo como referência prioritária os territórios com maior concentração da pobreza e da desigualdade. Adota-se a noção do território como uma construção social, política, além de um espaço em que a prática dos sujeitos sociais assume papel crucial na orientação do desenvolvimento (BUTTO, 2014). A SDT⁴ tinha como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento dos Territórios onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário.

³ Lei Nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, bem como os seus espaços de participação social e de relação entre as representações dos segmentos da sociedade civil e os Poderes Públicos federal, estadual e municipal.

⁴ A SDT como a extinção do MDA passa a partir do Decreto 8.780 de 27 de maio de 2016 e estava tutelada pela Casa Civil da Presidência da República.

O Programa Territórios de Identidade que era desenvolvido pela SDT trazia os princípios básicos da democratização de políticas públicas, a descentralização das decisões para os níveis regionais, regionalização das ações na aplicação de recursos e na execução, avaliação e implementação de políticas públicas e de projetos.

A Secretaria do Planejamento da Bahia – SEPLAN/BA, que tem entre as competências coordenar a Política de Desenvolvimento Territorial no Estado em conformidade com a legislação vigente, define Territórios de Identidade como um o processo de estruturação dos territórios envolve múltiplos aspectos.

Enquanto a nível federal a Política de Desenvolvimento Territorial era coordenado e implementada pela SDT, na Bahia esse papel fica a cargo da SEPLAN que nos traz os aspectos que definem um território.

Sendo eles: **culturais** (costumes e valores, religiosidade, manifestações folclóricas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local), **geoambientais** (características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade), **político-institucionais** (capacidade de formação de capital social - capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos coletivos -, sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território) e **econômicos** (base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, etc.) (SEPLAN, 2016).

Na Bahia, a implantação dos Territórios de Identidade acontece com a “divisão” do Estado em 26 (vinte e seis) Territórios de Identidade, hoje são 27⁵ (vinte e sete) (Figura 3).

⁵ Segundo a SEPLAN, os Territórios de Identidade da Bahia foram reconhecidos como divisão territorial oficial de planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia em 2010. Neste mesmo ano, algumas mudanças ocorreram na classificação territorial, provocadas pela iniciativa de municípios que não se sentiam mais pertencentes ao território em que estavam inseridos e pelo conjunto de municípios organizados enquanto território, que desejavam realizar mudanças no espaço a que eram referidos. O estabelecimento de novos vínculos e interrelações criaram novas identidades, representadas pelas seguintes modificações: Desmembramento de municípios do Território Extremo Sul e Criação de novo território, denominado Costa do Descobrimento, composto pelos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro. Desde então, o extenso território baiano (567.295 Km²) foi dividido em 27 Territórios de Identidade.

Essa nova abordagem de desenvolvimento tem como objetivo identificar oportunidades de investimentos e prioridades temáticas definidas a partir da realidade do território, possibilitando assim o desenvolvimento sustentável e com equilíbrio econômico entre os municípios. (JUNCAL; XAVIER; 2009).

A implementação dos territórios na Bahia ocorreu em 2006 na primeira gestão do Governador Jaques Wagner, e a partir daí o governo passou a adotar os territórios como unidade de planejamento. A partir de 2015 a atuação de órgãos como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – Bahiater, dos Núcleos Territoriais de Educação – NTE (antigas Diretorias Regionais de Educação - DIREC) e os Núcleos Territoriais de Saúde – NTS (antigas Diretorias Regionais de Saúde - DIRES) passa a ter abrangência Territorial.

A Bahia foi também o primeiro Estado a criar a rede estadual de territórios, denominada de Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia - CET. Esta Coordenação é composta por 09 membros eleitos representantes dos Colegiados Territoriais e tem como principais funções a representação e articulação política e negociação para implementação de políticas públicas (figura 5).

FIGURA 5 – Objetivos da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade, Bahia - 2014



Fonte: Fontes, 2014.

Foram criadas também, diversas instâncias e instrumentos que objetivam implementar e discutir a política territorial na Bahia, temos o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER constituem-se nos espaços de referência para discussão e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Trata-se de um órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à SEPLAN, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia.

Temos também os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETER que são espaços de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário, auxiliando o CEDETER no cumprimento das competências previstas nesta Lei.

Já o Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPP) é composto pelos representantes da sociedade civil eleitos para comporem o CEDETER, sendo onze titulares. Sua função é acompanhar a execução do Plano e mediar o diálogo entre a sociedade e o Estado.

Temos também alguns instrumentos na implementação da Política de Desenvolvimento Territorial, entre eles destaca-se o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) que tem como objetivo apresentar o Território com as suas características, aspectos sociais, econômicos e ambientais. Além das demandas por projetos e políticas públicas prioritários para o desenvolvimento do Território.

Cabe aqui destacar que a opção pelo elaboração do Guia a partir do recorte e consequentemente da Política de Desenvolvimento Territorial se relaciona por dois motivos: o primeiro deles é pela importância de se discutir e conhecer os aspectos ligados as questões de gênero a partir de uma visão territorial, já que somos militante da política desde o ano de 2015 e reconhecemos a importância de estudos que tragam dados enquanto Território de Identidade e também pela melhor logística apresentada no deslocamento para visitas e reuniões.

3. SINDICALISMO RURAL NO BRASIL: Uma análise a partir do contexto histórico

Os primeiros movimentos sindicais no Brasil datam do final do século XIX e início do século XX. Já o sindicalismo rural, que é foco deste estudo, tem sua primeira ocorrência oficial na década de 1950, como afirma Miranda (2011) em seu texto sobre a História do Sindicalismo no Brasil, ao apresentar que no campo, os trabalhadores e trabalhadoras rurais iniciaram seu processo de mobilização em 1955 quando surge a 1ª Liga Camponesa, sendo que em 1954 tinha sido criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. A partir de então foram surgindo os sindicatos rurais.

Os sindicatos eram a organização dos trabalhadores que, de alguma forma, podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camaradas. Na leitura das forças políticas que então apoiavam as lutas no campo, a sindicalização seria a forma mais eficiente de luta por direitos trabalhistas e encontrava respaldo legal na CLT, que a permitia, embora não a regulamentasse. Foi com base nessa legislação que alguns sindicatos conseguiram reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, já em meados dos anos 50 (Medeiros, 1989, p.38).

O início do sindicalismo rural brasileiro pode ser identificado a partir de 1954. Essa data deve-se a mobilização realizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) (Que mais tarde teria como uma das suas dissidências a formação de um novo partido denominado de PC do B – Partido Comunista do Brasil). Visto que era uma ação “puxada” por um partido político. As características que o movimento ganha nesse momento permitem-nos considerar esta data como o início da primeira fase da organização sindical rural que se estende até o ano de 1964 (COSTA, 1996).

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT caberia aos sindicatos, aqueles reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, representar legalmente os interesses de suas categorias profissionais, colaborar com os órgãos públicos e participar de contratos coletivos de trabalho. Somente um sindicato de cada categoria profissional seria reconhecido oficialmente em uma determinada base territorial, tendo que seguir modelos de estatutos propostos pelo Ministério do Trabalho, que igualmente fiscalizaria suas eleições, atividades e gastos orçamentários. Os empregados e empregadores, filiados ou não a esses sindicatos, seriam por eles oficialmente representados, contribuindo financeiramente para seu

funcionamento via imposto sindical⁶. Ademais, os sindicatos corporativistas estariam vinculados a uma federação estadual e a uma Confederação de âmbito nacional (RAMOS, 2017).

É importante destacar aqui que apesar da existência da CLT desde os anos 1940, ela contemplava muito pouco ou quase nada quando o assunto era o trabalhador rural. Outra coisa que chama a atenção é a questão da unicidade sindical que é um regramento utilizado até hoje, ou seja, apenas um sindicato de trabalhadores rurais por município, por exemplo. Um segundo ponto é o destaque que deve ser dado a relação que existia entre sindicatos, federações e confederações com o poder público. E por último é a questão da filiação, que no caso dos sindicatos não é obrigatória, mas os direitos e deveres por eles conquistados, passam a valer para toda a categoria, sejam trabalhadores filiados ao sindicato ou não.

Do ponto de vista da estratégia política e da mobilização do trabalhador rural, a luta sindical que transcorre entre 1953 e 1964 apresenta dois aspectos bem marcantes. O primeiro deles relaciona-se ao esforço em estabelecer direitos mais favoráveis aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à Constituição, quanto à legislação trabalhista. Tais esforços estão associados, igualmente, à defesa e ao cumprimento dos direitos assegurados pela (CLT) e outras leis complementares. O fato de os trabalhadores rurais (especialmente os assalariados) gozarem de alguns benefícios inscritos na CLT e na sua parte suplementar (...), não significou que tais benefícios tenham sido assegurados na prática (COSTA, 1996, pág. 5).

A regulamentação da organização sindical pelo Estado se deu em 1932, mas era fundamentalmente urbano e após dois anos é instituído o modelo confederativo. Porém, foi em 1939 que se materializa o aparato legal do Estado sobre organização sindical, articulando o regramento trabalhista, a unicidade sindical e o atrelamento da estrutura sindical ao Estado (ENFOC, 2017).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou importante papel no processo de luta sindical rural, procurando atuar em conflitos rurais de distintas regiões do país. Em 1954, foi fundada, sob orientação do Partido, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no

⁶ A Lei 13.467, de 13/7/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), popularmente conhecida como reforma trabalhista, altera o artigo 579 da CLT que trata da contribuição sindical, dando-lhe a seguinte redação: “Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria”. Com essa nova redação, a contribuição antes obrigatória passa a ser facultativa, dependendo portanto de autorização do trabalhador.

Brasil (ULTAB), que representaria essas associações em âmbito nacional e contaria com o jornal *Terra Livre* para divulgar suas principais campanhas e ações (RAMOS, 2017).

Medeiros (1989) nos apresenta que segundo o Relatório sobre a Organização dos Lavradores e Trabalhadores Rurais, elaborado na I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (Ultab), no ano de 1956, havia 108 organizações de trabalhadores agrícolas em 17 (dezesete) estados. Em 1959, esse número havia aumentado para 122. Quanto às federações, existiam cinco em 1956 e nove em 1959.

A ULTAB constatando o avanço da Igreja Católica junto aos trabalhadores agrícolas no Nordeste e no estado de São Paulo, intensificou seu trabalho de criação e registro de sindicatos rurais em diferentes regiões do país. O jornal *Terra Livre* constituiu importante veículo de divulgação das campanhas de sindicalização lideradas pela ULTAB uma vez que eram noticiados os sindicatos criados, fornecidos modelos de atas de reunião e estatutos, entre outros. Além disso, o jornal buscava deslegitimar sindicatos criados pela Igreja Católica, em especial aqueles com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT (STEIN, 2008).

O que se percebe é que apesar das bandeiras de luta terem os mesmos objetivos (garantia de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais), observa-se que existiam conflitos no próprio movimento sindical rural.

Para Medeiros (1989), existia mecanismos desqualificador que atinge, por vezes, o próprio cerne da ação política do trabalhador. Suas vitórias nas lutas miúdas, as conquistas sociais, lhes aparecem como dádivas do Estado ou do patrão e não como produto de sua luta.

Nesse sentido, o sindicalismo rural, que somente é regulamentado em 1962, no contexto das tentativas de reelaboração do pacto populista, liderado por João Goulart, que não se pautou por acordos com a oligarquia rural, que o rejeitava frontalmente, mais levou ao extremo o corporativismo, o aparelhismo e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência municipal (ENFOC, 2017).

A organização de um sindicato rural passaria por duas fases até o seu reconhecimento sendo a primeira que vai desde a formação da comissão organizadora até sua assembleia geral de fundação; a segunda vai da fundação até seu reconhecimento, requerido por resolução de uma assembleia geral, feito em despacho final pelo Ministério do Trabalho (COSTA, 1996).

Em 1964, o governo de Getúlio Vargas instituiu o Decreto-Lei 7038⁷ que dispunha sobre a sindicalização rural e estabelecia que cinco sindicatos pudessem formar uma Federação e três Federações poderiam criar uma Confederação. Assim, em 1964 foi criada a CONTAG.

Em 1964 estavam fundadas oficialmente a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, sendo consagrada a estrutura sindical corporativista no campo. Tal processo de sindicalização rural não ocorreu meramente por iniciativa governamental. Da mesma forma, as mobilizações dos trabalhadores rurais nos anos de 1950 e de 1960 foram primordiais para o avanço do debate em torno da sindicalização, resultando não só em ações da sociedade política em prol de uma legislação trabalhista e sindical para o campo, como em uma mudança de postura de setores do patronato rural (RAMOS, 2017).

Medeiros (1989) afirma que: reconhecida em janeiro de 1964, a CONTAG assumiu como bandeira de luta, o reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte. Logo em seguida, adveio o golpe militar e alteraram-se os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural.

O ponto de partida da concepção que passa a reger a prática da Contag era o de que os direitos existiam mas não eram respeitados. O referencial legal era o Estatuto do Trabalhador Rural, regulador das relações entre capital e trabalho, e o Estatuto da Terra, que disciplinava quer as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, quer as condições que tornavam possíveis as desapropriações para fins de reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 54).

A Confederação inicia sua atuação em um momento político importante, quando se discutiam as reformas de base, inclusive a reforma agrária. Por esse e outros motivos, o presidente João Goulart foi deposto, em 1964, com o apoio dos latifundiários. O regime militar, implantado no país, reprimiu duramente todos os movimentos populares e, com eles, lideranças e políticos comprometidos com as reformas de base, principalmente a reforma agrária. A CONTAG sofreu intervenção. O primeiro presidente da entidade, Lyndolpho Silva, foi preso e, posteriormente, exilado. Outras lideranças e dirigentes sindicais foram torturados, exilados e assassinados (CONTAG, 2017).

⁷ Esse Decreto-Lei vigora até os dias atuais e pode ser encontrando no seguinte endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17038.htm>.

Já para Ramos (2017), o processo de sindicalização rural, sob a tutela do Ministério do Trabalho, ocorreu, porém, somente nos anos de 1960. A CNA e CONTAG – representantes oficiais dos, respectivamente, proprietários e trabalhadores agrícolas – foram criadas em janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Este foi aprovado em março de 1963 e estendeu para o campo a estrutura sindical corporativista e direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano através da CLT.

O Estatuto do Trabalhador Rural⁸ dispunha sobre as relações do trabalho rural e já no seu artigo primeiro, afirmava “ser nulos de pleno direito os atos que visarem a limitação ou a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos”.

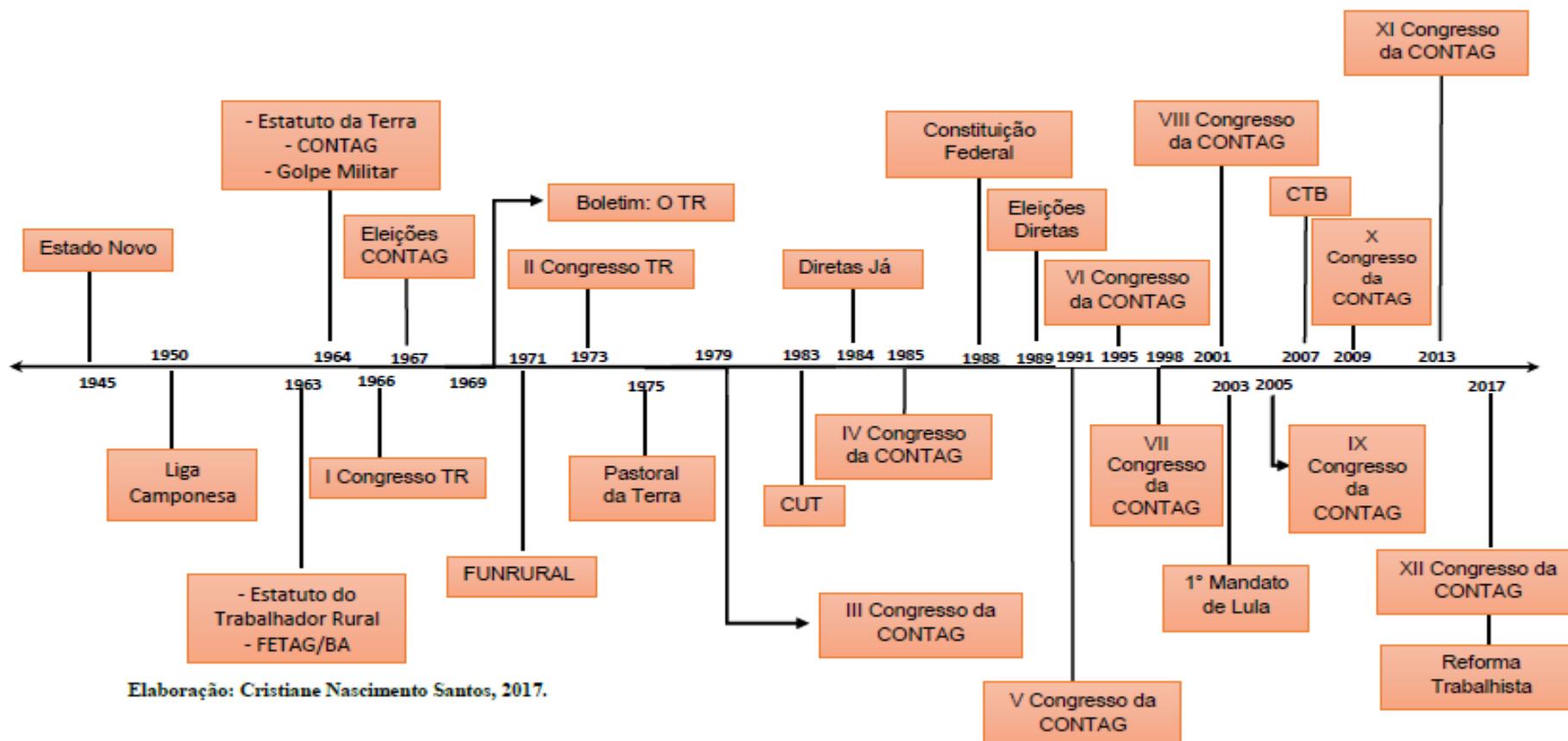
Para entendermos este processo de lutas, a Figura 6 apresenta uma linha do tempo com aquilo que consideramos fatos importantes que marcaram o Sindicalismo Rural. São destacados em especial, os Congressos - CNTTR realizados pela CONTAG, desde a sua criação em 1964 até os dias atuais, além de outros fatos marcantes da história que influenciaram direta ou indiretamente o homem e a mulher do campo que estão ligados aos sindicatos rurais. Como exemplo disso, temos a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e no mesmo ano a criação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG-BA. Em 1971 temos a constituição do Fundo de Apoio do Trabalhador Rural - FUNRURAL⁹, alguns anos após a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB em 1983 e 2007 respectivamente.

É sempre necessário ressaltar, todavia, que, na maior parte das vezes, os trabalhadores passavam ao largo de disputas ocorridas no movimento sindical, que se dava ao nível das direções, chegando mesmo a frequentar mais de uma organização.

⁸ O Estatuto do Trabalhador Rural foi Revogado pela Lei nº 5.889, de 1973, porém a sua versão ainda encontra-se disponível no site do Planalto no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>.

⁹ O FUNRURAL é um imposto de contribuição previdenciária, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. Funciona da seguinte forma, a alíquota praticada é de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS (Previdência), 0,1% para o RAT (seguro de acidente do trabalho) e 0,2% ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

FIGURA 6 – Linha do Tempo com Fatos que marcaram o Sindicalismo Rural no Brasil

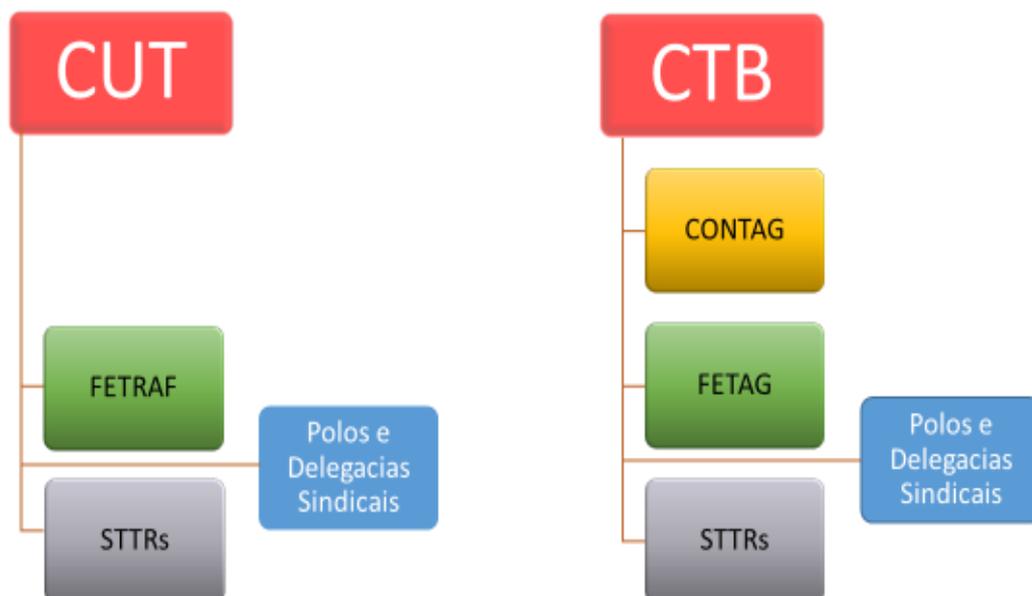


Após o período da ditadura militar, que influenciou diretamente na atuação dos movimentos sindicais, em 1984 apresenta-se novos rumos para o Sindicalismo Rural no país, naquele momento pela campanha das Diretas Já e posteriormente para a Constituição de 1988.

Em 1984 inicia-se uma espécie de transição negociada, que trazia certa esperança de novos rumos para o sindicalismo rural no Brasil, porém rapidamente, as ilusões se desfizeram. Em que pese as demandas dos trabalhadores, acampamentos, ocupações de terra etc., nem o novo governo, nem a Constituinte de 1988 atenderam seus reclamos, indicando os limites das possibilidades de democratização da sociedade brasileira. (MEDEIROS, 1989).

Além disso, temos como entidades de assessoria aos sindicatos os Pólos ou Delegacias Sindicais que reúnem vários sindicatos de uma dada região e são ligados as Federações do Estado. A figura 7 apresenta a estrutura do sindicalismo rural na Bahia.

FIGURA 7 – Estrutura do Sindicalismo Rural na Bahia, 2017



Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Medeiros (1989) afirma que além dessa diversidade, o sindicalismo se enfrentava com uma outra no seu interior: as diferentes categorias que se representam num mesmo sindicato.

Para efeitos de enquadramento sindical passou a existir somente o “trabalhador rural” que é definido como: pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados. Instituiu-se, assim, um único sindicato, agregando grupos diversos.

Aqui cabe destacar que hoje a categoria de trabalhador e trabalhadora rural é a base do sindicalismo rural (no caso dos sindicatos de trabalhadores rurais, inclusive alguns sindicatos do Território Chapada Diamantina em seus estatutos já consta a denominação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares). Além disso, a categoria agricultor familiar é reconhecida por Lei¹⁰. Sendo essa categoria a propulsora dos Sindicatos Rurais (dada a importância do agricultor familiar para o tema do Sindicalismo, trataremos dela em tópico específico).

5.3.1 Agricultura Familiar: a base do Sindicalismo Rural

Neste estudo optou-se pela definição de agricultor familiar presente na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que no seu Art. 3º considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Já o parágrafo primeiro traz que o disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

¹⁰ LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>.

O segundo parágrafo mostra quem são os beneficiários da Lei, definindo-os como: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º.

Outra definição de agricultura familiar conceitua esta atividade como sendo uma forma produtiva que prevalece a junção entre administração e trabalho; são os produtores familiares que dirigem o processo produtivo, dando destaque na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente acompanhado pela mão-de-obra contratada (BRASIL, 2016).

Segundo Carvalho (2005), o conceito de agricultura familiar deve ser entendido como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no empreendimento agrícola. Porém, não se trata de uma tarefa fácil definir quem são realmente os agricultores familiares do Brasil.

Segundo dados do Plano Safra 2015/2016, a agricultura familiar respondeu por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) da soma de todas as riquezas do Brasil do Governo Federal para a Agricultura Familiar (BRASIL, 2017).

O Plano Safra para a agricultura familiar visa garantir ao produtor familiar maior capacidade de investimento, inovação tecnológica e segurança para produzir, o que resulta em alimentos de melhor qualidade e em maior quantidade para o país. Esse plano busca aperfeiçoar as políticas públicas implantadas nos últimos anos para esse segmento produtivo com foco no aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda (BRASIL, 2016).

O Plano Safra 2015/2016, por exemplo, revela que embora a área média das propriedades patronais seja 17 vezes maior que a dos familiares, a renda por hectare/ano nos empreendimentos da agricultura familiar foi em média 2,4 vezes maior que os outros. As

propriedades familiares são responsáveis por quase 77% da mão-de-obra empregada no meio rural brasileiro (BRASIL, 2017 a).

Já um estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, revela que o PIB do setor cresceu R\$ 13,4 bilhões no ano 2014, um aumento de 9,3% se comparado a 2011. A agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos para a população brasileira. A agricultura familiar responde por 84% da produção de mandioca, 67% da produção de feijão, 58% da criação de suínos e frangos, 49% da produção de milho e 31% da produção de arroz do Brasil, 25% da produção de café e 49% de milho (BRASIL, 2016a).

Os dados nos mostram a importância da agricultura familiar para a produção agropecuária brasileira. Mas o que é de extrema importância é o que a agricultura familiar representa em cada município do país. Ao se fazer uma análise da população urbana x rural nos 24 municípios que fazem parte deste estudo, é possível perceber que a população rural corresponde a 51,62% (191.970 habitantes) da total da população do território e é maior que a urbana que é de 48,38% (179.894 habitantes) conforme dados da Tabela 1 e isso tem influência direta na atuação dos Sindicatos Rurais.

Portanto, a agricultura familiar se consolidou como meio de geração de emprego, trabalho e renda para as pessoas que a praticam, garantindo condições de melhoria na sua qualidade de vida. Além disso, os agricultores familiares têm atuado em movimentos sociais, que vem lutando pela criação e implementação de programas e políticas públicas.

A agricultura familiar e o seu fortalecimento e valorização estão ligados a um conjunto de fatores, sejam eles econômicos, sociais, políticos e culturais que precisam ser implementados de forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos. Entre esses destacam-se o papel dos estados e municípios, pois sem dúvida, o Estado e as políticas públicas vêm cumprindo um papel importante na consolidação da agricultura familiar enquanto categoria geradora de renda para homens e mulheres no campo.

Além disto o processo produtivo familiar não é ditado somente pela eficiência econômica, pois há fatores que são do saber do produtor familiar, tradicionalmente desenvolvido e passado de geração em geração e que devem ser levados em consideração antes da tomada de decisão e da adoção de novas tecnologias, pois é necessário a convergência com o saber técnico e do conhecimento popular da agricultura familiar (BRASIL, 2017). Entretanto, ressalta Veiga (1991):

O reconhecimento da importância político-estratégica da produção familiar, dá-se também pela sua capacidade de produzir de maneira eficiente, do ponto de vista econômico e de ser capaz de absorver progresso técnico e atender à demanda por fibras e por alimentos baratos do setor urbanoindustrial. A agricultura familiar une, ao mesmo tempo, eficiência econômica e eficiência social. (VEIGA, 1991, p. 65).

A agricultura Familiar atualmente é beneficiária de algumas políticas públicas, programa e instrumentos que dão acesso as essas, entre as quais, destacam-se: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP e o Programa Nacional Alimentação Escolar – PNAE.

Neste momento é necessário pautar de que forma a agricultura familiar se relaciona com os Sindicatos do Trabalhadores Rurais. No caso dos Sindicatos aqui envolvidos e as mulheres líderes sindicais estudadas, os/as trabalhadores/as rurais são a base de sustentação dessas instituições e por isso a importância de dedicar um capítulo exclusivo que traz dados e informações dessa categoria. São eles que sustentam as atividades sindicais, por meio do pagamento da contribuição sindical, e para que haja esse pagamento é preciso que busquem o seu sustento, seja por meio exclusivo das atividades agropecuárias ou pela junção dessas com outras atividades não necessariamente agrícolas, como é o caso de artesanato, beneficiamento da produção e outras.

4. AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: IMPLICAÇÕES PARA O SINDICALISMO

Para tratarmos das questões de gênero no meio rural e as implicações que essas discussões trazem para o meio rural, iremos apresentar o conceito de gênero, a pauta do movimento de luta das mulheres, as conquistas das mulheres junto ao movimento sindical, sucessão geracional e divisão sexual do trabalho.

Iniciamos nossa discussão tratando da discriminação das mulheres no mercado. E Veiga (2010) nos traz que muitas vezes a criatividade ocorre nos mais inesperados lugares. Infelizmente, grandes parcelas da população se veem impedidas de exercer a iniciativa e a criatividade econômica em razão de discriminações ligadas a sexo, raça, casta, religião, classe social e ideológica etc (VEIGA, 2010).

Ainda segundo Veiga (2010), o trabalho realizado por pessoas sujeitas a tais tipos de discriminações tende a ficar inferiorizado.

E se categorias de pessoas, executando tipos específicos de trabalho, não conseguem utilizá-los como bases para o desenvolvimento, é muito pouco provável que mais alguém nessa economia o consiga. Não é de admirar, por exemplo, que sociedades machistas, que oprimem as mulheres e desdenham de seu trabalho, tenham economias lamentavelmente fracas (VEIGA, 2010, pág. 55).

O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. Segundo Marília Carvalho, o uso ainda hoje mais frequente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. (FARAH, 2017).

As discussões de gênero perpassam pelo empoderamento das mulheres, sendo esse conceito consolidado em Conferências Internacionais¹¹ realizadas na década de 90, com a contribuição de movimentos de mulheres. Assim o empoderamento das mulheres “representa uma maneira inovadora de enfrentar as desigualdades de gênero existentes tanto na esfera pública quanto na privada” (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2010).

¹¹ A realização de conferências internacionais (México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; e Beijing, 1995) e a assinatura de tratados, acordos, protocolos ou convenções, criam-se importantes formas de apoio para confrontar o problema das desigualdades de gênero. (PRÁ; EPPING, 2017).

O conceito de gênero é utilizado para explicar muitos dos comportamentos de mulheres e homens na sociedade ajudando a compreender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na sua vida sexual e reprodutiva e também na família. Portanto, o conceito de gênero se refere às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens.

A produção de nossa existência tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea. A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência (CARLOTO, 2016).

É importante destacar que a pauta do movimento de mulheres vem na luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho ou nas atividades domésticas, ou seja, equidade tanto no trabalho produtivo quanto reprodutivo. Visto que no geral, as jornadas de trabalho das mulheres é bem mais extensa que a dos homens (já que a maioria tem dupla ou tripla jornada).

A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais (CARLOTO, 2016).

Como buscar diminuir essas desigualdades, como fazer com que homens e mulheres tenha os mesmos direitos, o mesmo reconhecimento e recebam salários iguais aos dos homens para desenvolver trabalho idêntico, ou ainda que as mulheres possam acessar políticas públicas em termos de igualdades com os homens, são algumas das lutas do movimento feminista e de mulheres.

A pauta do movimento de mulheres tem como principal enfoque os direitos de cidadania – a representação política das mulheres nas organizações do Estado e da sociedade civil; o problema da violência intrafamiliar; o tema do desenvolvimento sustentável; e a luta pela soberania alimentar entendida como garantia do direito dos povos a comer, cultivar, comercializar e preparar alimentos com autonomia, de modo a atender às suas necessidades locais (HEILBORN et al., 2010 a).

Ao buscarmos envolver a luta de mulheres no contexto da política de desenvolvimento territorial e ao mesmo tempo com a participação do movimento sindical, requer uma

articulação bastante consistente, que consiga reunir mulheres urbanas e rurais de diferente seguimentos.

Para falar da articulação entre as relações de gênero e o desenvolvimento territorial é importante considerar que a noção de desenvolvimento territorial é uma construção social – resultado de uma prática social onde interesses distintos entram em cena. Trata-se não apenas de interesses econômicos presentes nas relações entre classes sociais, mas também de interesses e demandas de diferentes segmentos sociais (BUTTO, 2014).

Outro conceito relevante é divisão do trabalho, que é encontrado em estudos oriundos de diversas áreas do conhecimento, como a economia, a sociologia, a antropologia, a história, a saúde, a educação, dentre outras, e tem sido utilizado com diversas variações. Em termos genéricos, refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida.

As variações encontradas no termo divisão do trabalho podem ser organizadas em três grupos, cada uma referindo-se a diferentes fenômenos sociais relativos às formas de produzir bens e serviços necessários à vida: 1) divisão social do trabalho; 2) divisão capitalista do trabalho”; 3) divisão sexual do trabalho (PIRES, 2013).

No caso da divisão sexual do trabalho no meio rural poder-se-á observar de que forma isso ocorre no campo, fazendo uma análise de como se dá essa dita “divisão”. Segundo HEILBORN et al (2010), se as mulheres ocupadas inserem-se em jornadas de trabalho mais curtas, o contrário acontece com os afazeres domésticos. Assim como acontece com o trabalho realizado nas diferentes atividades da economia agrária que sempre contou com a presença e a participação de mulheres, porém sempre foi invisibilizado.

De acordo com dados publicados pelo MDA (2015) constatou-se a invisibilidade do trabalho feminino em atividades agropecuárias, que se expressa inicialmente no fato das mulheres trabalharem sem remuneração - cerca de 40% das mulheres que trabalhavam em atividades agropecuárias não usufruíram de status de trabalhadoras porque tinham jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais e/ou estavam ocupadas nas atividades de autoconsumo.

No caso do movimento sindical as conquistas são mais recentes e segundo a CONTAG (2017a) para haver justiça, é necessário lutar pelo fim da divisão sexual do trabalho, que insiste em naturalizar a existência de atividades exclusivamente femininas e masculinas. É preciso, ainda, visibilizar e lutar contra a exaustiva jornada de trabalho das mulheres, inclusive as assalariadas rurais, reconhecendo sua importância na produção da

propriedade e da reprodução da vida, com políticas que apoiem sua organização produtiva e contribuindo com sua autonomia econômica, política e pessoal.

No caso das mulheres rurais, especialmente aquelas que tem trabalho fora da propriedade rural ou do ambiente doméstico, observa-se em muitos casos que elas cumprem jornadas triplas de trabalho tendo que dar conta do trabalho doméstico (reprodutivo: lavar, passar, cozinhar), dos cuidados com a roça (criação de animais e plantio de algumas culturas como milho e feijão) e ainda trabalhar fora (trabalho produtivo: assalariado) (CONTAG, 2017 a, p. 145).

Suas atividades são ligadas à reprodução familiar e não geram rendimentos quantificáveis monetariamente, ou seja, são como uma extensão de seu papel como mãe/esposa/dona de casa, que é considerado (naturalizado) como o trabalho da mulher rural. Mesmo que exerça tais atividades e isso lhe retorne financeiramente, há uma tendência histórica de que sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias seja reduzida ou secundária, pois somente após o término de suas “obrigações domésticas” as mulheres passam a “ajudar” aos homens. Nesse ponto, a invisibilidade pode se dar pela interiorização da diferença pela própria mulher rural. Ela mesma tem dificuldade em distinguir seus trabalhos agropecuários e aqueles realizados como dona de casa, podendo assim subestimar sua jornada de trabalho em atividades agropecuárias (FERRANTE e DUVAL, 2012).

Segundo dados dessa mesma pesquisa acima citada, divulgada pelo MDA, no Brasil as atividades de autoconsumo ocupam cerca de 40% do total de mão de obra feminina e 8,9% da mão de obra masculina na agropecuária. “Em 2004 dedicaram-se à atividade de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de participação de 68% de mulheres e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano” (BRASIL, 2016 b).

Mesmo com os dados apresentados, o trabalho da mulher ainda é inviabilizado, e tido como menos importante, se houver necessidade por exemplo de um dos dois (na relação homem e mulher) deixar o trabalho para cuidar dos filhos ou acompanhar o parceiro em uma outra atividade, esse papel quase sempre cabe as mulheres que devem abrir mão da sua carreira e dos seus projetos profissionais para dedicar-se ao trabalho produtivo.

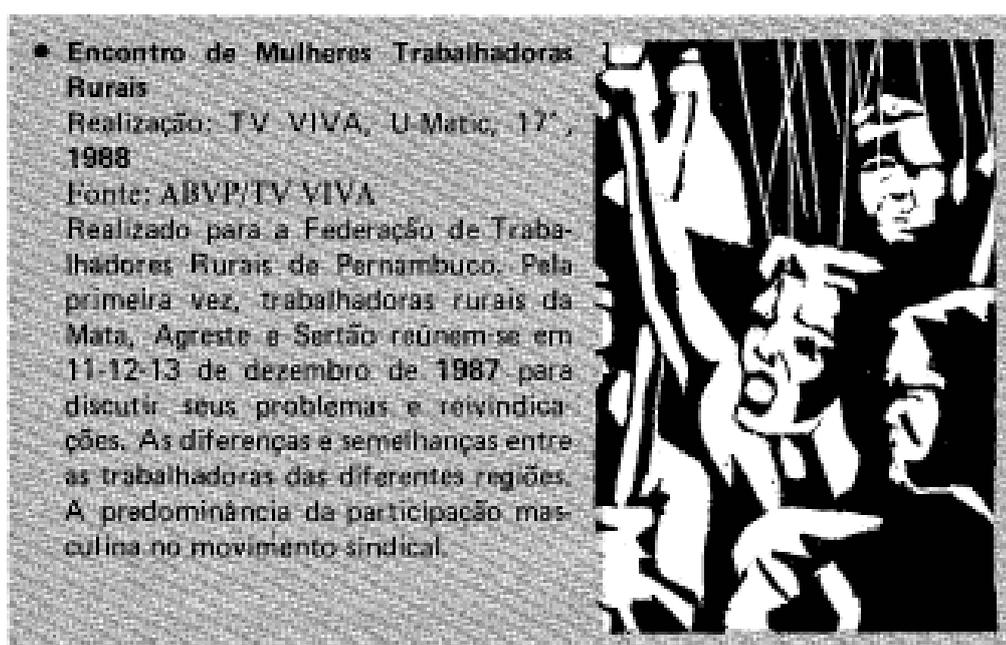
Novamente citando Ferrante e Duval (2012), se historicamente o papel das mulheres na agricultura familiar é voltado às necessidades de reprodução social de famílias rurais, em contraposição (ou complementaridade) ao papel produtivo dos homens, a demarcação desses

papéis não implica rigidez conceitual. Mas é expressão da naturalização do que é o trabalho para a mulher e para o homem numa propriedade agrícola familiar. Por outro lado, mudanças advindas da racionalidade urbano-industrial impõem novas práticas sociais às mulheres rurais, como novos trabalhos e a necessidade de obter renda monetária.

O debate qualificado, com habilidade política e capacidade de convencimento, feito pelas mulheres durante o 7º CNTTR realizado em 1998, resultou na aprovação da cota de, no mínimo, 30% de mulheres para a Diretoria Executiva da CONTAG e em todas as instâncias deliberativas do MSTTRs de, no mínimo, 50% de mulheres e 50% de homens, compreendendo a Diretoria, o Conselho Fiscal e as respectivas suplências. Isso impactou em mudanças no perfil, na plataforma e lutas sindicais, especialmente na dinâmica das relações de gênero no MSTTR, e no fortalecimento da democracia interna do MSTTR enquanto base necessária de um novo sindicalismo (CONTAG, 2017 a).

O debate sobre a participação das mulheres no MSTTR ganhou peso no 4º Congresso, em 1985, no qual a participação feminina era em torno de 30%. O 4º Congresso é um marco para as trabalhadoras rurais. Ele representou a esperança de que, uma vez aprovada a tese nacionalmente, haveria um processo de maior pressão nas federações para instituírem caminhos para a participação feminina. Participação essa que ocorre há muito tempo como pode ser observada no cartaz (Figura 8).

Figura 8 – Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 1988.



Fonte: Medeiros, 1989.

É importante observar que a aprovação da paridade não é condição suficiente para garantir igualdade de representação política entre homens e mulheres no MSTTR. Sua efetiva implementação deve considerar a igualdade de condições materiais (recursos financeiros e infraestrutura) e imateriais (assessoria, formação política, visibilidade, comunicação) essenciais ao exercício dos cargos e realização das atividades de representação (CONTAG, 2017 a).

Não basta apenas aprovar a determinação, é necessário que se faça cumprir para que evitemos que isso fique apenas no papel. Para isso é necessário que haja condições reais para que isso seja de fato implementado.

O efetivo cumprimento das deliberações congressuais exige sensibilização das lideranças sindicais e estabelecimento de mecanismos de restrição e/ou punição para as entidades que não cumprem tais deliberações. Deve ser uma meta do MSTTR que todas as entidades sindicais pratiquem a democracia interna e garantam condições de igualdade de participação para homens e mulheres, construindo assim um desenvolvimento rural sustentável e solidário mais justo e igualitário (CONTAG, 2017 a).

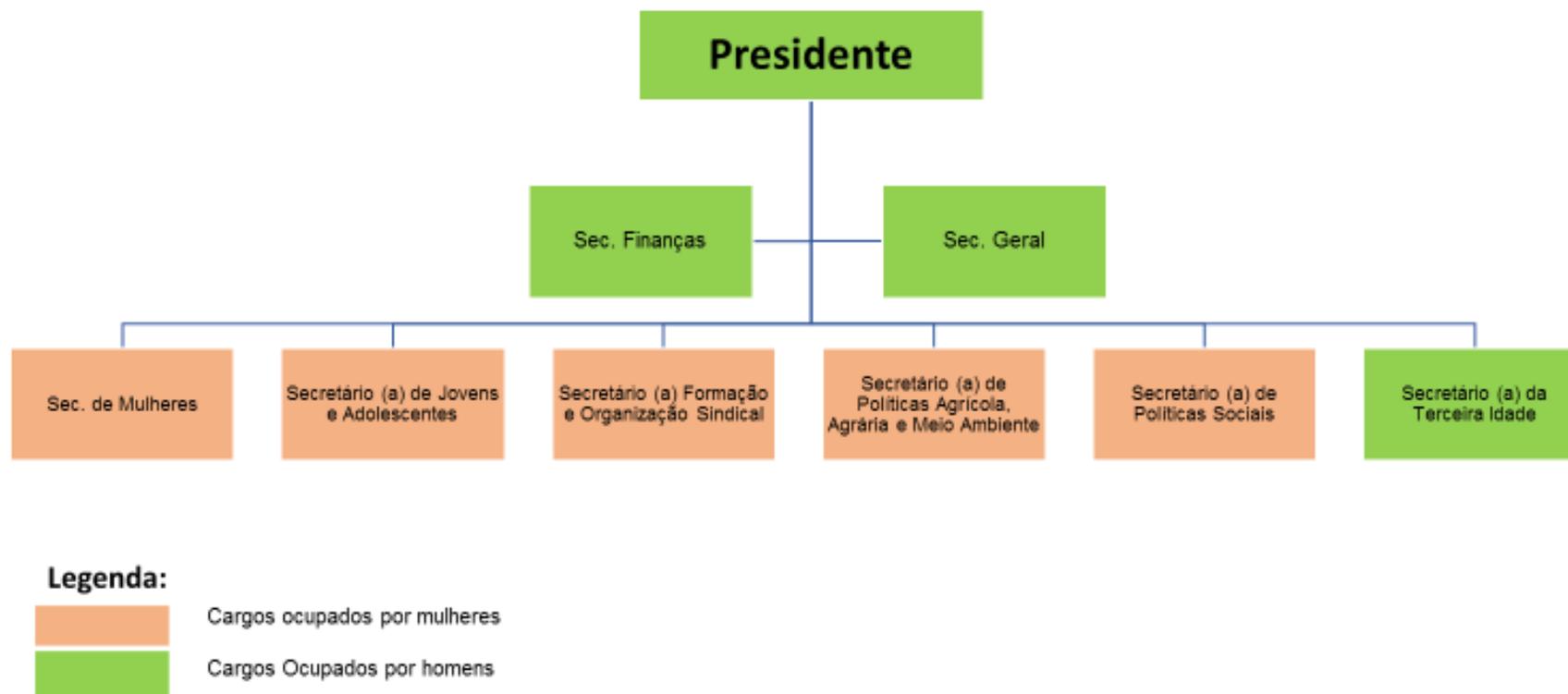
Além da efetivação dessa pauta específica na luta das mulheres do movimento sindical, é necessário buscar a criação e implementação de outras formas de assegurar a participação das mulheres. Fazer com que as elas entendam a importância de participar, de estar presente na vida sindical, de apoiar e ser apoiada, pode ser um caminho a ser trilhado para a busca efetiva da igualdade.

As mulheres têm conseguido alguns avanços nos últimos anos, em especial na participação efetiva no MSTTR, destaca-se, por exemplo, que 19 (dezenove) dos 24 (vinte e quatro) STRs do Território, contam com uma Secretaria de Mulheres que tem como principais funções, de acordo com o Estatuto dos Sindicatos Rurais do Território Chapada Diamantina, no seu ART. 18, inciso IV. Secretaria de Mulheres:

Cumprir e fazer cumprir este Estatuto bem como as deliberações dos órgãos da entidade; Representar as mulheres agricultoras familiares da base territorial do STR nos fóruns consultivos e deliberativos que dizem respeito a interesses da categoria; Incentivar a participação das agricultoras familiares no movimento sindical; Elaborar e executar planos e projetos em defesa dos direitos das mulheres agricultoras familiares; Promover e estimular a discussão de gênero; Coordenar os trabalhos de formação, organização e representação da agricultora familiar e participar dos conselhos municipais; Desenvolver atividades de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e doenças relacionadas à saúde da mulher; Lutar por melhoria no atendimento público na área de saúde da mulher. (Estatuto STR Abaíra, pág, 13).

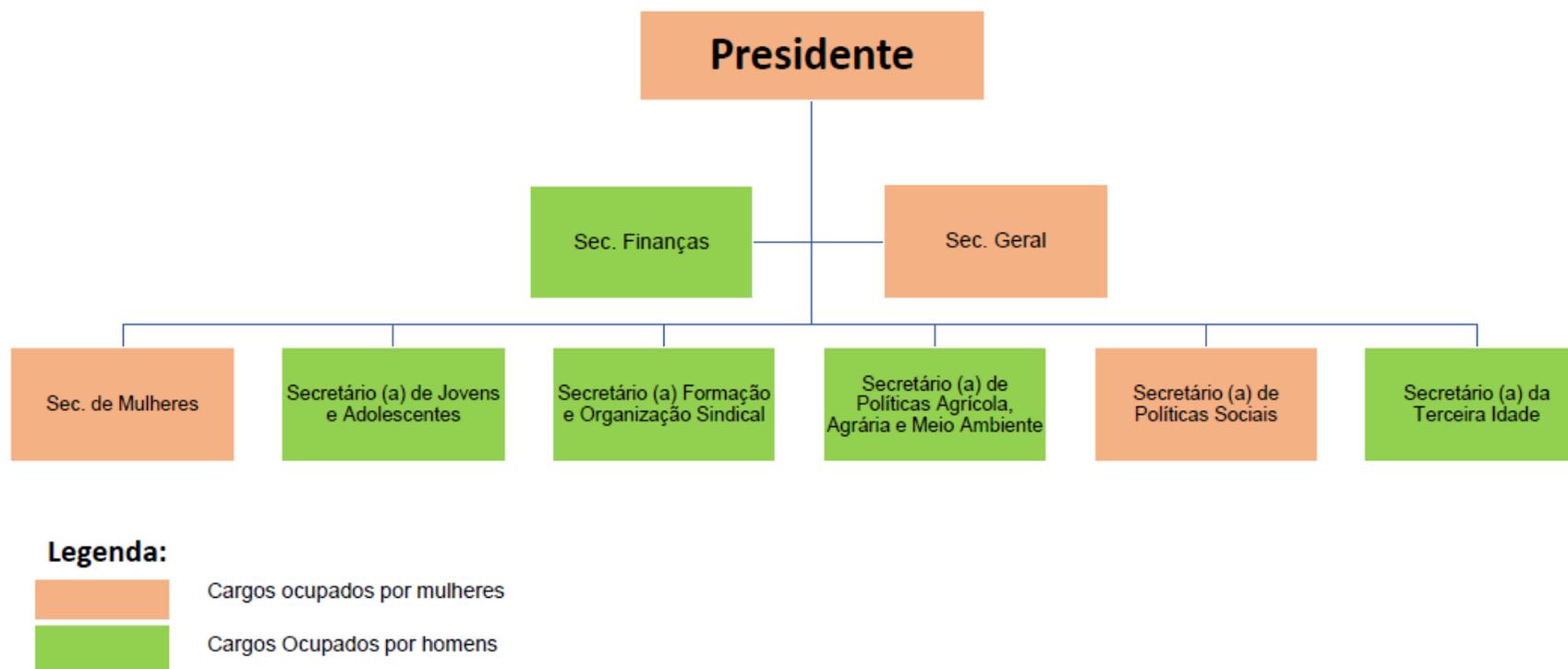
Já em 2013, durante o 11º Congresso da CONTAG em 2013 foi definido que a partir daquela data, as novas diretorias dos sindicatos, deveriam ser paritárias, ou seja, as diretorias sindicais que são compostas por 24 membros (12 titulares e 12 suplentes) distribuídos da seguinte forma: Diretoria Executiva, composta por Presidente(a), Secretário(a) Geral, Secretário(a) de Finanças, Secretária de Mulheres, Secretário(a) de Jovens e Adolescentes, Secretário(a) de Políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente, Secretário(a) de Políticas Sociais, Secretário(a) Formação e Organização Sindical, Secretário(a) da Terceira idade; Suplentes da Diretoria, com os mesmos cargos e funções dos titulares; Conselho Fiscal: composto por 3 membros; e Suplentes do Conselho Fiscal.

Cabe ressalva que em todas as instâncias o número de mulheres e homens deve ser paritários, mas as instâncias em suas composições apresentam número ímpar, para equacionar isso, é preciso que se na função titular tenha 5 homens e 4 mulheres como nos cargos da Diretoria executiva, na formação da suplência deve acontecer o inverso, ou seja, 5 mulheres e 4 homens. Definição essa que deve ser seguida para o Conselho Fiscal também. Segue abaixo dois exemplos de organograma dos Sindicatos de Abaíra e Iraquara (Figuras 9 e 10), neles podemos observar que existe a paridade definida pelo Congresso, sendo que no primeiro o número de mulheres é maior que o número de homens (5 mulheres x 4 homens), já no segundo essa relação de inverte (4 mulheres x 5 homens).

FIGURA 9– Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Abaíra - Ba

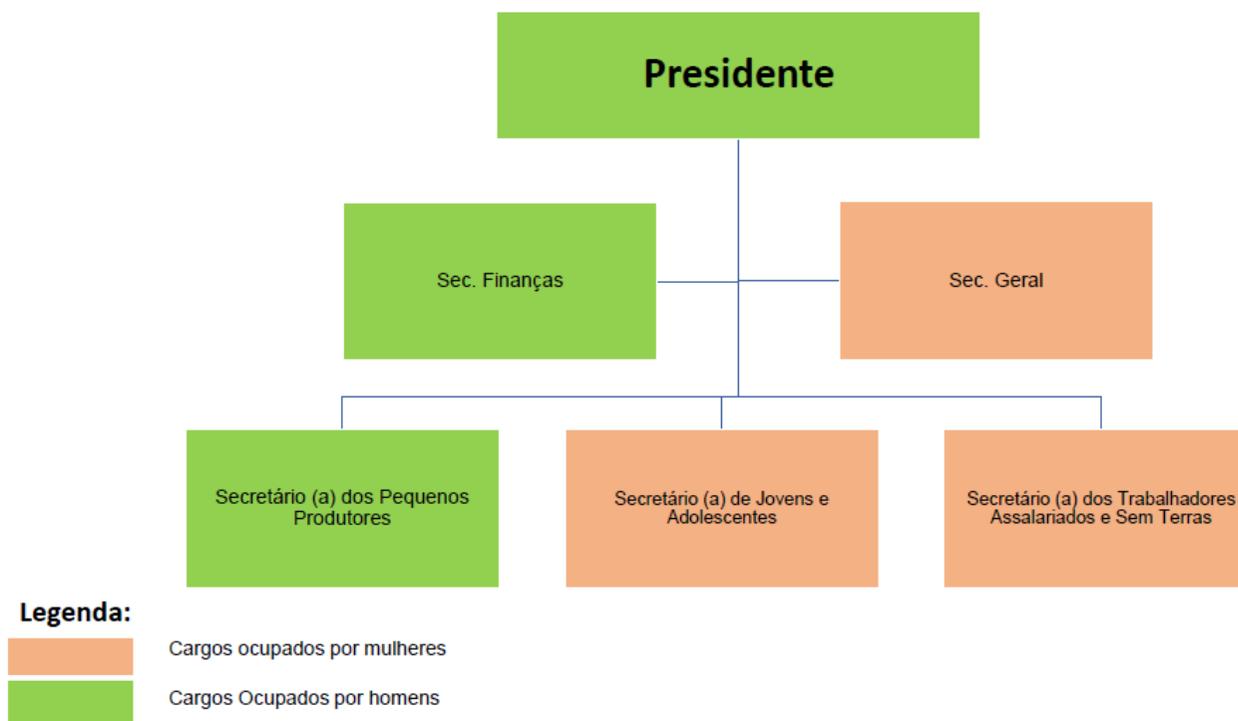
Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

FIGURA 10 – Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Ibitiara – Ba



Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Figura 11 – Organograma do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Wagner – Ba



Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

No exemplo de organograma trazidos acima (Figuras 9, 10 e 11), observamos que os três sindicatos já seguem a orientação da configuração paritárias, apesar de que no terceiro exemplo apresentado, a estrutura da diretoria é bem distinta e não apresenta Secretaria de Mulheres.

Nas sociedades em geral, o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão social e sexual do trabalho, já que ao homem está destinado os trabalhos produtivos (remunerados), e à mulher ao trabalho reprodutivo (trabalho doméstico). Nota-se, porém, que o trabalho doméstico continua sendo visto como a principal função da mulher, mesmo quando ela passa mais tempo trabalhando fora do que em casa. (PAULILO, 2016).

E o que se observa é que no meio rural, a função de trabalho reprodutivo de cuidado da casa, com os filhos, a criação de pequenos animais e cuidados com o quintal (hortas) é considerado trabalho da mulher, e portanto menos importante que o trabalho do homem na roça (criação de animais de grande porte e produção).

Um fato bem conhecido, entre nós, é que o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo. A América Latina (Brasil não é exceção) a conquista do direito a esse bem em vários países não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens (PAULILO, 2016).

Quanto ao direito à terra por parte das mulheres, ele segue as restrições do direito à propriedade nos países onde não há um direito agrário separado do direito civil, como é o caso do Brasil. Ao falarmos da propriedade da terra, nos referimos apenas às explorações familiares, em que predomina a forma de trabalho que estamos analisando. Porém, mesmo quando o direito garante a igualdade de gênero, isto não significa que na partilha da propriedade agrícola, as filhas herdem como os filhos (PAULILO, 2016, p. 190).

Um fato que chama a atenção é que os filhos homens têm prioridade sobre a propriedade da terra, quando criança, ele que acompanha o pai na lida da produção. E a partir daí passam a ter maior propriedade sobre aquela tarefa, já as meninas ficam em casa, ajudando a mãe com o trabalho doméstico. Temos aqui uma reprodução de comportamento que influi diretamente no acesso a terra e a propriedade rural.

Quando se trata de movimento sindical, foi nos anos 1980 que as mulheres começaram a ter uma participação mais ativa, antes disso já havia a participação e lutas por mais direitos, porém foi a partir dessas década que as reivindicações ganharam fôlego e força.

Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política (SALES, 2017).

A discussão de uma linha de ação sindical aparecia na demanda da redução do quorum mínimo para fundação do sindicato; elaboração, pela Contag, de um estatuto padrão para o campo e um trabalho, a ser desenvolvido pelas federações, através de cursos e publicações, de “conscientização dos trabalhadores no que se refere à participação no sindicato, principalmente no que se refere à eleição e apresentação de chapas”. Já vimos ainda como também aparecia a preocupação com a formação de novas lideranças (MEDEIROS, 1989, p. 78).

A luta das mulheres trabalhadoras rurais, apesar dos avanços e conquistas das últimas décadas, ainda tem muitos caminhos a trilhar. Pois ao mesmo tempo que temos, a emergência do movimento de mulheres diversificado, por outro lado temos vários retrocessos em termos de políticas públicas para as mulheres e ações afirmativas de gênero.

5. PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DO GUIA ORIENTADOR.

- **Resultados**

Para identificação do perfil das mulheres que compõem a Diretoria dos STRs utilizamos um formulário (Apêndice I) que levantou questões referentes a identificação da participante, acesso à informação, cidadania, acesso a terra, composição da renda, ocupação, acesso a políticas públicas e programas sociais, e por fim o item composto por outras informações relevantes.

No que diz respeito a idade das mulheres, a maior concentração se dá na faixa entre 25 e 34 anos. Este resultado pode ser analisado por dois pontos de vista: o primeiro diz respeito ao fato do cargo em questão (secretárias/diretoras de mulheres os sindicatos) demandar tempo e ser em muitos casos voluntário, sendo relatado pelas mulheres que algumas recebem ajuda de custo quando é necessário realizar alguma atividade de representação do STR.

TABELA 2 : Idade das Mulheres Líderes Sindicais por grupos de idade, Território Chapada Diamantina – 2017

Idade	Quantidade	%
65 a 69 anos	1	4,17
60 a 64 anos	1	4,17
55 a 59 anos	1	4,17
50 a 54 anos	1	4,17
45 a 49 anos	1	4,17
40 a 44 anos	2	8,33
35 a 39 anos	4	16,66
30 a 34 anos	5	20,83
25 a 29 anos	5	20,83
20 a 24 anos	3	12,5
Total	24	100

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Em relação ao estado civil das 24 (vinte e quatro) mulheres que responderam as questões, 7% delas são solteiras, 33% são casadas, 42% vivem em união estável e 8% são separadas. Das mulheres que responderam ao formulário 79% delas tem filho (s) (tabela 3), sendo uma média de 2 filhos por mulheres .

TABELA 3 - Mulheres Líderes Sindicais que tem filhos, Território Chapada Diamantina – 2017

Filhos	Quantidade	%
Sim	19	79
Não	5	21
Total	24	100

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Quando se trata de grau de escolaridade das mulheres líderes sindicais, têm-se os seguintes números: 17% com curso superior completo, 54% tem o Ensino Médio, 17% fundamental completo e o fundamental incompleto corresponde a 12% (Tabela 4).

TABELA 4 - Acesso a Educação - Grau de Escolaridade de Escolaridade das Mulheres que possuem Cargos de Diretoria nos STRs do Território Chapada Diamantina - Bahia, 2017.

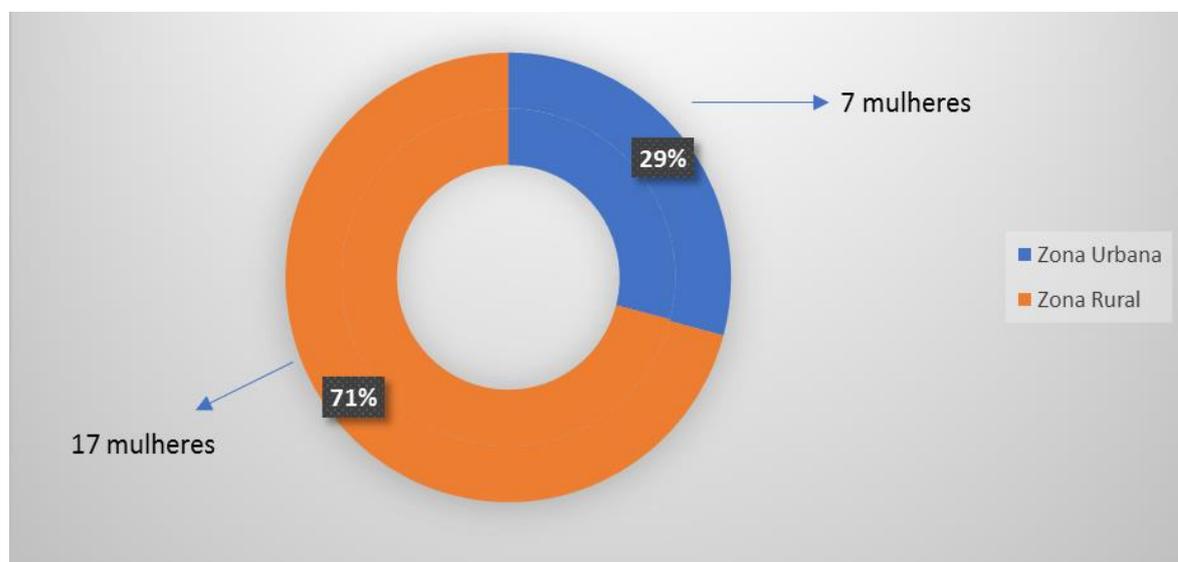
Grau de Escolaridade	Quantidade	%
Elementar completo ou até a 4ª série do 1º grau	3	12
Fundamental Completo	4	17
Ensino Médio Completo	13	54
Superior Completo	4	17
Total	24	100

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

O que chama a atenção neste resultado é o percentual de mulheres que tem nível superior, claro que se seria necessária uma análise mais aprofundada de qual foi o meio de acesso a esse ensino para afirmar trata-se de uma conquista. Por outro lado, não se tem nenhuma mulher analfabeta e a maioria delas concluíram o ensino médio. Neste caso, ao analisarmos a presença dessas mulheres enquanto representantes sindicais, em espaço de poder e luta, cabe aqui uma reflexão sobre o nível de escolaridade. Uma mulher que não concluiu o ensino fundamental poderá representar o seu sindicato e as suas pares? O que se observa é que a formação não é condição excludente para assumir o cargo, ou seja, tem mulheres que não tiveram acesso a educação formal, mas que pela vivência se destaca nas discussões e nas falas, sendo o contrário verdadeiro também.

Outra questão respondida pelas mulheres foi em como se declaram em relação a sua cor de pele e 38% declaram-se negra, 46% parda, 17% branca. Com relação ao local de residência destas mulheres verifica-se que 71% residem na zona rural e 29% na zona urbana (Figura 12).

FIGURA 12: Local de residências das Mulheres que possuem cargos nas Diretorias dos Sindicatos do Território Chapada Diamantina, 2018



Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017.

Cabe ressaltar aqui dois fatos importantes. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que as mulheres, que atualmente residem na zona urbana, migraram por conta dos filhos que

precisavam estudar e morar na cidade traria mais facilidade. Outro fator importante é que elas afirmam que nos finais de semana retorna a zona rural, para cuidar dos pequenos cultivos realizados na propriedade rural.

Estes dados levantam uma série de possibilidades que combinam processos de migrações, de fecundidade, de mortalidade, de nupcialidade e de urbanização e clamam por explicações. Apenas para fixar no dado mais diretamente associado à redistribuição da população, o êxodo do campo nem sempre é um êxodo. Muitos “êxodos” se revestem de nuances que informam as oportunidades e pressões aos quais as diferentes categorias de membros de família e de comunidades do meio rural estão submetidas na busca de uma articulação, eficiente ou não, com oportunidades (SCOOT et al, 2010, p. 87).

Outro item que consta no formulário diz respeito a acesso a informação e temos como dados que todas assistem televisão, especialmente programas jornalísticos e documentários e em alguns casos como entretenimento (no caso em que a residência tem crianças, esse item é mais presente). Além disso outra fonte de acesso a informação muito presente na zona rural é o rádio, seja por meio de rádios comunitárias ou não. E aqui não é diferente no total das entrevistadas, todas escutam rádio e tem nele a sua principal fonte de notícias e informação. Somado a isso, temos o fato de que em municípios pequenos como são os 24 (vinte e quatro) que compõem o Território Chapada Diamantina o rádio é usado para divulgar os mais diversos tipos de informação, desde propaganda a convocação para reuniões, datas de acessos a políticas públicas como é o caso do Garantia Safra, no qual são informados período de inscrição, vencimento dos boletos, entre outras informações consideradas relevantes.

Uma informação que chama a atenção é que 92% delas navegam pela internet (Tabela 5), seja em casa ou na sede do sindicato. O interessante é que em alguns locais na zona rural, não tem sinal de operadoras de celulares, mas tem acesso e internet. O acesso ocorre em sites de pesquisa e entretenimento. E aqui destacam-se as redes sociais, *whatsapp* e *facebook* dominam esse item. Aqui também temos a utilização do celular, todas elas fazem uso do celular, mas nem todas acessam redes sociais. Entre as mulheres que responderam aos questionários, apenas uma pequena parcela delas, aproximadamente 21% leem revistas, livros e/ou outros documentos.

TABELA 5 : Acesso aos meios de Comunicação das Mulheres Líderes Sindicais, Território Chapada Diamantina – 2017

Meios de Comunicação	Número de Mulheres	%
Televisão	24	100
Rádio	24	100
Internet	22	92%
Celular	24	100
Revistas, livros e outros	5	21

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Ao cruzarmos esses dados de acesso aos meios de comunicação, especialmente no itens livros, revistas e outros documentos, com os dados de nível de escolaridade, temos que as mulheres com maior grau de instrução tem uma tendência maior a realizar a leitura de revistas e livros, sendo esse dado de 21% concentrado na faixa de escolaridade do Ensino Médio e do ensino superior.

Com relação a documentos de identificação todas as mulheres possuem Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho, além disso 29% delas já contam também com carteira de motorista. A importância de coleta desses dados se dá no sentido de que para acesso a qualquer política pública, seja ela para o meio rural ou não, as mulheres necessitam de documentação básica.

O acesso à terra pela família acontece em 92% dos casos, com a família sendo proprietária de terra. No 8% restante as famílias são parceiras, meeiras ou arrendatárias. Dado interessante se pensarmos na questão geracional e de sucesso familiar como discutido em nosso referencial e como afirma Brumer (2007):

Estamos dando ênfase para as análises sobre reprodução social na agricultura familiar que contemplam os processos sucessórios, e seus diferentes aspectos, tais como as formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos (Brumer, 2007, p. 4)

A composição da renda familiar se dá pela junção da renda agrícola 96%, rendas de atividades não agrícolas 71%, benefícios sociais (aqui destaca-se o Bolsa família) e de aposentaria 33,33%, seja das próprias mulher ou de algum membro da família.

As mulheres que atuam nos sindicatos recebem ajuda de custo, ou seja, um valor para cobrir despesas com deslocamento e alimentação. Essa opção por ajuda de custo é devida ao fato dos estatutos dos sindicatos conterem um artigo que prevê a punição daqueles que ocupem cargo em órgão do sindicato e mesmo tempo recebam vencimentos de cargos eletivos de representação municipal, estadual ou federal.

A média de tempo que ocupam o cargo na diretoria varia muito, tem mulheres com dois, três ou até seis anos de mandato. Além disso, tem mulheres que já passaram por diversas funções e atualmente encontra-se como Secretárias de Mulheres, Presidente e outros cargos. Visto que o mandato é de quatro anos, podendo ser reeleito apenas uma vez por igual período.

As mulheres responderam quantas horas semanais trabalham nos sindicatos e a média é de 20 horas semanais. Sendo que algumas delas trabalham por demanda, ou seja, quando surge a necessidade de alguma atividade a ser realizada, participação em reunião, eventos e outros representando o STR ou no próprio sindicato.

Aqui nos temos um dado interessante, qual a média diária de trabalho doméstico, do trabalho realizado em sua residência ou em função dela e as respostas eram sempre de tempo muitos longos (acompanhados de um sorriso), a alegação era: “estou em casa, estou fazendo algum serviço, só para no momento de dormir”. Mas a média de trabalho doméstico é de aproximadamente 8 (oito) horas diárias no caso de 54,17% das mulheres, de 4 a 6 horas para 41,67% e para 4,16% de 2 a 4 horas . Se somarmos a isso o tempo de trabalho fora que tem média de 4 horas diárias, teremos um total de 12 horas. E ainda tem aquelas que trabalham na roça também que são um percentual de 58,33% do total.

Uma questão que nos chamou a atenção foi, que as mulheres quando questionadas se dividiam as atividades domésticas com alguém na residência, neste momento peço que se atentem o termo utilizado para fazer a perguntar “divide” e para a nossa surpresa, mas não espanto, 79% delas responderam usaram o termo “ajuda”. Como a resposta era de sim ou não e posteriormente vinha o questionamento de com quem, as respostas se davam assim: “sim, meu marido me ajuda”, “sim, meu filho me ajuda”. O que demonstra que as mulheres ainda consideram que a obrigação do trabalho doméstico recaí somente para elas e que os outros quando o fazem, fazem somente para ajudar, para contribuir (Tabela 6).

Tabela 6 : Divisão das Atividades Domésticas das Mulheres Líderes Sindicais, Território Chapada Diamantina – 2017

Divide atividade com alguém na residência	Quantidade	%
Sim	21	87,5
Não	3	12,5

Fonte: Cristiane Nascimento Santos, 2017

Dessas que dividem as atividades, 4 (quatro) delas a fazem com os maridos ou companheiros, 7 (sete) com os filhos, 3 (três) com o marido e filhos e outras 7 (sete) com outros membros da família (mãe, irmã, irmão e tia).

A noção de “ajuda” e seus múltiplos significados é uma das questões de relações de gênero mais repetidamente pelas mulheres, ora evidenciando a sua persistência, ora evidenciando as suas transformações. Questionar a noção de ajuda se tornou uma maneira de contribuir para a luta, para o reconhecimento da equidade das contribuições femininas às práticas econômicas e sociais cotidianas de famílias rurais (SCOOT et al, 2010).

Outra tema tratado nesse diagnóstico foi o acesso a programas e políticas públicas, especialmente as ligadas ao meio rural e aos programas sociais. Nesse caso, 54% são beneficiárias de programas sociais como o bolsa família. E 79% delas acessam ou acessaram algum programa ou política pública como Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa Garantia Safra, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Das mulheres pesquisadas, 85% não participam de grupo ou entidade de mulheres, dessas, 30% já participaram do Comitê Territorial de Mulheres da Chapada Diamantina e 15% participam de Coletivo de Mulheres dentro do movimento sindical. Saber se essas mulheres participam ou não de algum organismo representativo de mulheres, nos mostra se elas estão inseridas de forma efetiva nas discussões referente as questões de gênero.

6. RELATO DAS OFICINAS E CONSTRUÇÃO DO GUIA

Foram realizados 3 (três) oficinas visando a Elaboração de Guia Orientador da Questões de Gênero no Meio Rural, no período de maio a julho de 2018, no município de Mucugê, Piatã e Seabra, totalizando a participação de 22 mulheres representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Território de Identidade Chapada Diamantina, abaixo vamos descrever um condensado dos relatos feitos nas atividades.

As oficinas foram iniciadas com uma dinâmica de apresentação denominada de Teia da Vida, com a utilização de uma linha onde cada participantes se apresentava, dizia o nome, qual o município representava e qual a expectativa em relação a atividade. Entre as falas destaca-se algumas, como por exemplo: “esperamos poder trocar conhecimentos em relação aos temas que serão discutidos...”, “que consigamos elaborar um guia que sirva pra gente falar sobre a vida da mulher no campo...”.

Após a apresentação, foi realizada um momento denominado de tempestades de ideias, foram sugeridos os temas a serem tratados no guia que são políticas públicas para o meio rural e divisão sexual do trabalho. Algumas presentes sugeriram o acréscimo do tema Violência contras as Mulheres Rurais e sobre aposentadoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, mas consensuamos que em outro momento poderíamos trazer a discussão e apropriação desses temas, já que não é nossa pretensão esgotar ou trazer todas as inquietações das mulheres rurais para um único documento.

Foram várias as ideias que sugiram nesse momento relacionados aos temas propostos. A primeira pergunta feita para as mulheres era o que elas entendiam como políticas públicas? O que vinha a mente quando ouviam isso? Entre as respostas apresentadas estavam: “ação realizada pelo governo”; “dinheiro investido pelo Estado para solucionar problemas das pessoas e das comunidades urbanas e rurais”; “investimento”.

Depois as mulheres foram solicitadas a dizerem quais as políticas públicas para o meio rural que elas conheciam, ouviram falar ou acessam, e surgiram as seguintes respostas: PNAE, PAA, Garantia Safra, Aposentadoria rural, PRONAF, PRONAF Mulher e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Após isso, as mulheres foram solicitadas a dizer de que forma a sindicalização influencia no acesso a essas políticas. E houve unanimidade que as mulheres sindicalizadas têm mais facilidade na obtenção de informações que facilitam o acesso.

Questões semelhantes foram apresentadas sobre o tema seguinte, divisão sexual do trabalho, mais uma vez as mulheres foram questionadas sobre o que elas entendiam como divisão sexual do trabalho? O que vinha a mente quando ouviam isso? E as respostas apresentadas foram: “divisão do trabalho entre homens e mulheres”, “aquilo que é trabalho de homem e trabalho de mulher”, “ajuda do homem nos trabalhos de casa”.

Algumas mulheres relataram que quando tentam colocar em prática a divisão do trabalho, especialmente como os filhos homens, que os maridos, companheiros e pai, já questiona por tratar de trabalho de mulher.

Após esse primeiro momento da tempestade de ideias e leitura das ideias apresentadas. E solicitação junto as mulheres se tinham algum acréscimo daquilo que estava ali escrito.

Foi realizado um breve relato sobre os temas propostos: Políticas Públicas e Divisão Sexual do Trabalho, tratando um pouco do que a literatura nos apresenta sobre esses assuntos para reforçar o conhecimento das mulheres. Logo em seguida as mulheres foram solicitadas a responder individualmente a Matriz de Distribuição das Tarefas entre Mulheres e Homens (Quadro 2). Após o momento para preenchimento, foi solicitado que algumas mulheres apresentassem como se dava a rotina na sua casa. Neste momento foi perceptível para todas as presentes que a rotina das mulheres são sempre mais extensas que as do homens.

Na sequência foi apresentado um esboço da estrutura proposta para o Guia e as mulheres foram solicitadas a sugerir alterações ou validar o que estava sendo apresentado que continha os seguintes itens: Objetivo, Data e local; Ficha técnica, Título, Apresentação, Passo a Passo, Temas, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Após as sugestões, o guia ficou com a seguinte estrutura: Data e local, Ficha técnica, Título, Apresentação, Contextualização e Considerações Finais.

Além disso as mulheres foram solicitadas a listar quais as políticas públicas, programas e instrumentos ligados as mulheres rurais deveriam ser contempladas no guia e a lista levantada foi: Políticas Públicas para as Mulheres Rurais - Declaração de Aptidão ao PRONAF, PRONAF, PRONAF Mulher; SIPAF, PNAE, PAA, PNDTR, Reforma Agrária, Garantia Safra, ATER, Bahia Produtiva, PNH. Já no tema Divisão Sexual do Trabalho os

pontos a serem tratados no Guia são: Maternidade e Discriminação; “Dupla” Jornada de Trabalho; Princípio da Separação e Princípio da Hierarquia.

A apresentação de cada item no Tema de Políticas Públicas ficou da seguinte forma: O que é?; Como acessar?; Onde encontrar e Dificuldades encontradas no acesso. No Tema divisão Sexual do Trabalho do Trabalho os itens ficaram como: O que é?; Como identificar e Dificuldades ao tratar do tema.

Ao final as presentes fizeram uma avaliação da metodologia, da atividade e do proposição do guia. Todas elas consideram muito interessante a elaboração do guia, especialmente por envolver as mulheres que além de fazer parte da construção, também poderão utilizar-se dele.

Após a realização dessas etapas foi realizado a estruturação do guia com base nas informações coletadas nas Oficinas, inclusive com a alteração da estrutura no primeiro momento apresentada. O guia foi elaborado e enviado para diagramação para que ficasse em formato de Guia como proposto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões e análises, cabe neste momento discutir sobre os grandes desafios colocados na elaboração do guia orientador e na busca pela efetivação e alcance dos objetivos aqui postos. Foram tratados temas ligados aos Territórios de Identidade e a implementação da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado da Bahia, explicando o porque da escolha desse recorte para efetivação desse estudo e da elaboração do produto aqui proposto.

Tratamos também do Sindicalismo Rural no Brasil e na Bahia, foram apresentados uma linha do tempo trazendo os principais acontecimentos ligados ao Sindicalismo Rural desde a década de 1940 até os dias atuais, bem como uma discussão sobre a agricultura familiar e dos trabalhadores rurais que são o público prioritário do Sindicalismo Rural aqui estudado. Mas o que trouxemos como discussão central é a participação das mulheres nesse contexto e como as questões de gênero estão aqui relacionadas, como se deu as lutas e conquistas delas e quais os avanços ocorridos ao longo dessas décadas de Sindicalismo Rural em nosso país.

Defendemos aqui a importância de pesquisar e contribuir nas discussões de gênero, especialmente no meio rural, e a elaboração de um produto que poderá servir para facilitar o conhecimento das políticas públicas, por meio da maior facilidade de acesso a algumas informações, bem como a discussão sobre divisão sexual do trabalho, que precisa ser visibilizada também com as mulheres rurais, que apresentam rotina muitas vezes “tripla” de jornada de trabalho (atividades domésticas, trabalho fora e cuidados com a roça). Além disso, me deu um novo olhar sobre as mulheres rurais ligadas aos Sindicatos dos Trabalhadores, seja pela força que elas representam ou pela fragilidade na presença e decisões junto aos Sindicatos, contribuindo de forma significativa no crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

A partir do levantamento do perfil das mulheres e da elaboração do guia orientador, pudemos apresentar alguns resultados que foram discutidos e analisados. A primeira questão é que as mulheres, todas elas que fazem parte das diretorias sindicais recebem ajuda de custo e não um salário fixo ou remuneração específica, o que o pode dificultar o interesse dessas mulheres a dispor do seu tempo para assumir um cargo junto as diretorias, além disso, observa-se pela análise realizada nas atas de eleição, por meio da declaração conjunta que

nem todos os sindicatos estão cumprindo com a determinação da CONTAG de chapas eleitorais paritárias.

Na elaboração do guia junto as mulheres, por meio de uma construção coletiva, nos deu embasamento para acreditarmos que ele será útil nas discussões das políticas públicas para o meio rural e para as outras questões que envolvem as discussões de gênero, aqui em especial tratado a divisão sexual do trabalho e as nuances que a envolve.

É importante destacar que o guia busca a divulgação e a visibilidade das políticas públicas que podem ser acessadas pelas mulheres, e pensando no atual momento da conjuntura política, econômica e social na qual estamos inseridas, em que o retrocesso das questões sociais, das mulheres e do trabalho é visível, torna-se indispensável pautar essas questões.

Diante disso, percebe-se a importância da elaboração e posterior divulgação deste material para que as mulheres rurais, especialmente as sindicalizadas do Território de Identidade Chapada Diamantina possam conhecer, discutir e acessar esse material e que tenha utilidade no dia a dia delas.

Assim, foi possível o alcance dos objetivos aqui apresentados, desde o principal que era a elaboração de produto - Guia Orientador relacionado as questões de Gênero, com foco em dois temas: divisão sexual do trabalho e políticas públicas para as mulheres rurais do Território da Chapada Diamantina até a identificação do perfil das mulheres lideranças no âmbito dos STRs do Território Chapada Diamantina e analisar a organização, instâncias e forma de participação das mulheres no STRs do Território Chapada Diamantina.

Por tudo exposto, foi possível perceber, que discutir questões ligadas às mulheres no meio rural não é uma tarefa fácil, mas possível e prazerosa. Perceber que as mulheres estão avançando nas lutas e conquistas por maior igualdade entre homens e mulheres e que tem consciência da importância disso, é de fato uma questão a ser comemorada, pois só assim poderemos contribuir na promoção da melhoria econômica e social, através da geração de aprendizagens que possam resgatar e valorizam as mulheres trabalhadoras rurais.

8. REFERÊNCIAS

- BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento (SEPLAN). **Política territorial**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>. Acesso em: 08 maio 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **A agricultura familiar**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/>. Acesso em 12 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **A agricultura familiar**. MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=9814&scid=283>. Acesso em 04 mar. 2016a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Dados da Agricultura Familiar**. MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/>. Acesso em: 05 mar. 2016b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Agricultura Familiar em números**. MDA, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=9814&scid=283>. Acesso em 04 jun. 2016c.
- BRASIL. Portal de Participação Social. Política de Participação Social. 2015. Disponível em: <http://brasil.gov.br/barra#acesso-informacao>. Acesso em: 22 jun. 2017a.
- BRASIL. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento. **Plano safra 2015/2016 para agricultura familiar**. Brasília: SEAF, 2017b.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. /2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-26X2004000100011/8695>. Acesso em: 29 out. 2017.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 6-17, Jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396/1378>. Acesso em: 29 out. 2017.
- BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (org.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132p.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 2, Jan./Jun. 2001. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 12 maio 2016.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS (CONTAG). **Documento Base do 12º CNTTR**. Disponível em:

<http://www.contag.org.br/imagens/f2640documento-base-12-cntrr.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS (CONTAG). Documentos da Secretaria de Mulheres. CONTAG, 2009. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=294&dc=1&ap=1&nw=1>. Acesso em 22 jun. 2017b.

COSTA, L. F. C. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG (ENFOC). **Sindicalismo rural no Brasil**. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/45/f1158sindicalismo-rural-no-brasil.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Doi: 10.1590/S0104-026X2004000100004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 30 out. 2017.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL H. C. Assentadas rurais no circuito da resistência: invertendo papéis? In: CONGRESSO LATINO - AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010. **Anais [...]**, Universidade Federal de Pernambuco: Porto de Galinhas, 2010.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA (FETAG/BA). **História da Federação**. FETAG, 2016. Disponível em: <http://www.fetag-ba.org.br/fetag.php?pg=content&id=2>. Acesso em: 15 maio 2016.

FONTES, I. L. **Territórios de identidade: insurgência do deserto baiano**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FORO, C.; RODRIGUES, E.; SILVA, M. M. A paridade na CONTAG é mais uma conquista, mas não encerra a luta das mulheres rurais por igualdade. **Central Única dos Trabalhadores**, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://www.cut.org.br/artigos/a-paridade-na-contag-e-mais-uma-conquista-mas-nao-encerra-a-luta-das-mulheres-ru-49f8/>. Acesso em 26 jun. 2017.

HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; BARRETO, A. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça**. GPP: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 ago. 2016.

JUNCAL, B.; XAXIER, T. Os Territórios de identidade da Bahia. **Bahia de Todos os Cantos**, ano 1, set. 2009.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. 155p.

MARX, K. **Sindicalismo**. Tradução José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 216p.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Tradução Maria Verônica Moraes Souto. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2009. 209 p.

PIRES, D. E. **Divisão social do trabalho**. Disponível em:
<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoctra.html>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RAMOS, C. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais [...]** UFS, 2010. Disponível em:
<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SALES, C. de M. V. **Mulheres rurais**: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio/ago. 2007. Doi: 10.1590/S0104-026X2007000200010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010. Acesso em: 17 nov. 2017.

SCOOT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ABAÍRA – BAHIA (STRAAFB). **Estatuto social**. Abaíra: STRAAFB, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Territórios de Identidade**. SEI, 2015. Disponível em:
<http://www.sigbahia.ba.gov.br/Cardapio/sigRelTerritorios.asp?escopo1=4&escopo2=10342&TipoRel=4,%205,%206,%207,%2011,%2012,%2013>. Acesso em: 19 out. 2016.

STEIN, L. M. **Trabalhismo, círculos operários e política**: a construção do sindicato de Trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Ed. da USP, 1991.

VEIGA, J. E da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA; Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

9. GUIA ORIENTADOR DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL



PLANTERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL - PLANTERR**

GUIA ORIENTADOR COM FOCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NO TRABALHO FEMININO

Feira de Santana – BA

Julho de 2018

GUIA ORIENTADOR DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: Políticas Públicas para Mulheres e Divisão Sexual do Trabalho

FICHA TÉCNICA

Produto elaborado a partir de projeto de intervenção, como parte do Trabalho Final de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial (PLAN TERR) - Mestrado Profissional - como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Cristiane Nascimento Santos

Mestra

Onildo Araújo Silva

Orientador

Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Território de Identidade Chapada Diamantina

CONTATOS: Universidade Estadual de Feira de Santana

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Módulo VII – MA

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial

Avenida Transnordestina, s/n, Bairro Novo Horizonte, Feira de Santana-BA

CEP: 44036-900 E-mail: planterr@uefs.br Tel./fax: (75) 3161-8142.

site: <http://www2.uefs.br/planterr/index.html>

SANTOS, C. N. Guia Orientador Das Questões de Gênero no meio rural. 26 f. 2018. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira da Santana, 2018.

SUMÁRIO

1. Apresentação	05
2. Contextualização.....	06
2.1 Programas e Políticas Públicas para as Mulheres Rurais.....	06
2.1.1 PRONAF.....	09
2.1.2 PRONAF Mulher.....	10
2.1.3 SIPAF	11
2.1.4 PNAE.....	12
2.1.5 PAA	13
2.1.6 PNDTR	14
2.1.7 Reforma Agrária	15
2.1.8 Garantia Safra	15
2.1.9 ATER.....	16
2.1.10 Bahia Produtiva	17
2.1.11 PNHR.....	18
2.2 Divisão Sexual do Trabalho	21
2.2.1 Maternidade e Discriminação	22
2.2.2 “Dupla” Jornada de Trabalho.....	23
2.2.3 Princípio da Separação.....	24
2.2.4 Princípio da Hierarquia	25
3. Considerações Finais	26
4. Referências	27

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CADIN - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONRES - Cadastro Interno de Relacionamento de clientes PF/PJ

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

EO - Entidade Organizadora

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GS - Garantia Safra

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organizações não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF - Programa de Crédito Fundiário

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

UPF - Unidade de Produção Familiar

SAF - Secretária da Agricultura Familiar

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SEMAF - Serviço Municipal de Apoio a Agricultura Familiar

SETAF - Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar

SIPAF - Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar

STR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UPF - Unidade de Produção Familiar

1. APRESENTAÇÃO

A construção do Guia orientador com Foco nas Políticas Públicas a no Trabalho Feminino se deu a partir de uma construção coletiva que envolveu representantes dos Sindicatos que compõem o Território de Identidade Chapada Diamantina. Neste material serão tratados dois temas: Políticas Públicas para Mulheres Rurais e Divisão Sexual do Trabalho.

O conceito de gênero se refere as relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Todas estas relações criam várias desigualdades, fazendo com que alguns tenham mais poder sobre outros, sendo considerados mais importantes e respeitados na sociedade. Isto também faz com que algumas pessoas tenham mais oportunidade e liberdade para se desenvolver do que outras. (BUTTO, 2010)

Aqui são tratadas as políticas que são específicas para as mulheres rurais e aquelas que as mulheres são público prioritários ou que são oferecidas e podem ser acessadas por mulheres, como por exemplo o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, Garantia safra, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, PRONAF Mulher, dentre outras.

Programas de crédito como o PRONAF, PRONAF Mulher; de previdência e de outras transferências, de documentação, de assistência técnica e de segurança alimentar, bem como de combate à violência doméstica, de vivências da sexualidade e de decisões sobre saúde reprodutiva, todos repercutem nas relações sociais entre mulheres e homens, crianças, jovens, adultos e idosos (SCOOT et al, 2010).

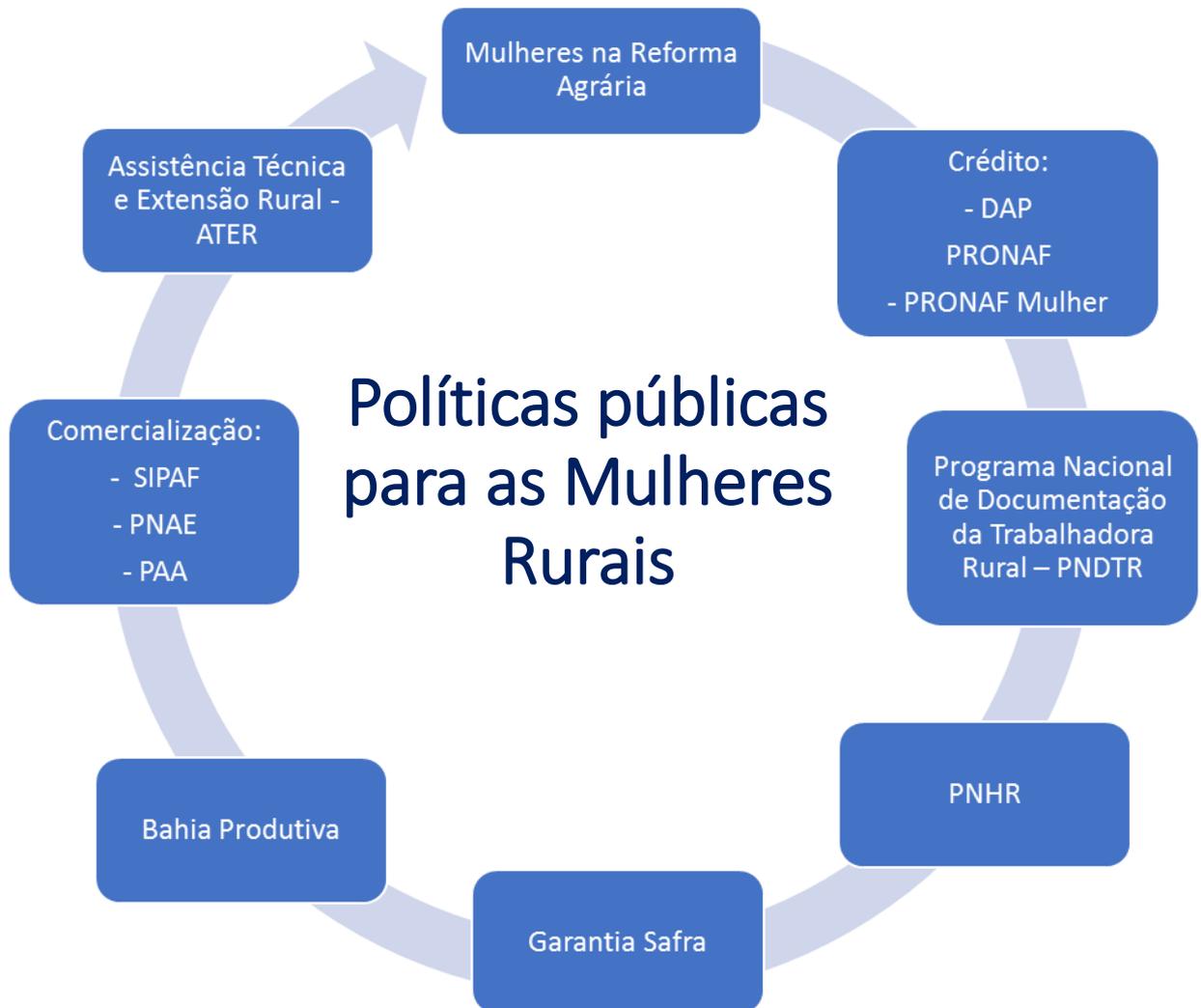
Este guia está estruturado tratando individualmente de cada item, porém todos eles enquadrados em um padrão que nos traz as seguintes questões: o que é a política, programa ou instrumento; como acessar; onde encontrar e por fim as dificuldades encontradas no acesso ou as apresentação/discussão do tema.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS

São vários os agentes definidores das políticas públicas: as elites internacionais, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais - ONGs, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (a nível nacional) e movimento LGBTTT ou feminista (nível global) estes últimos considerados novos agentes na determinação das políticas públicas, claro que com muito menos poder de barganha em relação a classes dominantes. Têm-se também os intelectuais, os técnicos e os burocratas – esses transformam as políticas públicas em processos de intervenção e apesar disso recebem pouca atenção, ou seja, não são vistos com a importância devida (BONNETI, 2016).

Outra questão que merece destaque é o fato de tarefas antes atribuídas ao Estado hoje serem assumidas conjuntamente com os movimentos sociais ou ONGs, uma situação que exemplifica essa isso é o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER que até pouco tempo era atribuição do governo, hoje por meio de chamadas públicas o Governo do Estado da Bahia financia organizações para desenvolver esse serviço, compartilhando as atribuições e responsabilidades.



DAP

O que é? A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou **agricultora** familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica).

Como acessar? A DAP é GRATUITA e seu cadastro é realizado nas entidades emissoras de DAP, que são entidades e órgãos públicos, autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), para emitir DAP. Para obter a Declaração, é necessário ir até a sede de uma entidade emissora de DAP, em funcionamento no seu município ou nas proximidades.

Onde encontrar: No Território Chapada Diamantina as agricultoras devem procurar o Serviços Territorial de Apoio a Agricultura Familiar – SETAF. Tel: (75) 3612 7500
Ou ainda nos Serviços Municipais de Apoio a Agricultura Familiar – SEMAFs e nos Sindicatos do Trabalhadores Rurais de cada município.

Dificuldades encontradas no acesso: Pelo fato de serem emitidas pelos Sindicatos e por outros órgãos ligados ao Poder Público Estadual, por meio das suas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, o acesso a esse documento não apresenta dificuldades. Por outro lado, apesar da DAP ter titularidade conjunta apresentando o primeiro e segundo titular, ou seja, homens e mulheres terem os mesmos direitos, independente da primeira ou segunda posição na descrição do documento, na prática isso nem sempre é levado em consideração.

PRONAF

O que é? Financiamento à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Conheça os subprogramas do Pronaf e entenda a quem se destinam, o que pode ser financiado e como solicitar o apoio.

Modalidades:

Pronaf Agroindústria: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.

Pronaf Agroecologia: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Pronaf ECO: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

Pronaf Mais Alimentos: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.

Pronaf Jovem: financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.

Pronaf Microcrédito (Grupo "B"): financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 20 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Pronaf Cotas-Partes: financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Como acessar? O acesso se dá através dos agentes financeiros – Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil este último disponibiliza os agentes de crédito do Agro Amigo que vão até as comunidades e realizam todo o processo de acesso ao crédito.

Onde encontrar? Banco do Brasil (BB) – (75) 3331 1520 (Agência de Seabra)

Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – (75) 3331 3700 (Agência de Seabra)

Dificuldades encontradas no acesso: Receio dos agricultores (as) em não conseguir pagar os valores devidos no momento da quitação.

PRONAF Mulher

O que é? financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

Os financiamentos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

- a) beneficiárias
- b) finalidades
- c) limites, encargos financeiros, benefícios e prazos de reembolso;
- d) a mesma unidade familiar de produção pode manter “em ser” até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher, sendo que a contratação do novo financiamento fica condicionado:
 - I - à quitação ou ao pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do financiamento anterior;
 - II - à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento.

Como acessar? O acesso ocorre através dos agentes financeiros – Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil este último disponibiliza os agentes de crédito do Agro Amigo que vão até as comunidades e realizam todos o processo de acesso ao crédito.

Onde encontrar? Banco do Brasil – (75) 3331 1520 (Agência de Seabra)

Banco do Nordeste do Brasil – (75) 3331 3700 (Agência de Seabra)

Dificuldades encontradas no acesso: Técnicos capacitados na elaboração do Projetos e vinculação da DAP a outros projetos PRONAF, ou seja, se algum membro da família já tiver acessado o crédito e a capacidade de pagamento estiver comprometida, não mais será possível a solicitação do PRONAF Mulher.

SIPAF

O que é? A agricultura familiar fornece grande parte **dos alimentos consumidos no País**, no entanto, esta participação é praticamente imperceptível para os consumidores. Para torná-la visível, na alimentação diária dos brasileiros, o **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)** criou o **Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF)**.

Como acessar? Os interessados em obter o selo devem estar com a documentação regularizada: CNPJ, em caso de empreendimento, e CPF, em caso de pessoas físicas. Os que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) devem estar com a declaração dentro do prazo de validade.

Onde encontrar: No Território Chapada Diamantina as agricultoras devem procurar o Serviços Territorial de Apoio a Agricultura Familiar – SETAF. Tel: (75) 3612 7500

Dificuldades encontradas no acesso: Não identificadas.

SELO SIPAF



PNAE

O que é? Instituído pela Lei nº 11.947/2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.

Como acessar? A Lei é regulamentada pela Resolução nº 4/2015, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às entidades executoras. As prefeituras deverão lançar editais que indique os prazos, valores e produtos a serem comprados.

Onde encontrar? Na Secretarias de Agricultura e/ou Educação dos Municípios.

Dificuldades encontradas no acesso: Atender a demanda dos editais. Pois devido a sazonalidade da produção e as culturas que em sua maioria são produzidas em sequeiro (sem irrigação) e portanto dependendo do período chuvoso para produzir. Dai a dificuldade em fornecer alguns produtos durante todo o período escolar.

PAA

O que é? O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A compra pode ser feita sem licitação. Cada agricultor pode acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

Como acessar? Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Quem executa: o PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do **Desenvolvimento Social e**

Agrário (MDSA), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Onde encontrar: A CONAB lança chamadas públicas para compra de produtos de agricultura familiar e os agricultores (as) enviar as propostas.

CONAB Salvador – BA. Tel: (71) 3322-7950

Dificuldades encontradas no acesso: Técnicos capacitados para elaboração dos projetos para envio as chamadas públicas. E recentemente a diminuição dos recursos destinados ao programa em 2016 foram R\$ 439 milhões, já em 2017 esse montante foi reduzido para R\$ 150 milhões o que significa uma redução de 66% em apenas um ano.

PNDTR

O Que é? O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR tem o objetivo de assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição de cidadã.

Como acessar? É executado por meio de mutirões itinerantes realizados sob a coordenação de 28 equipes estaduais articuladas pela parceria entre as Delegacias Federais da Sead e as Superintendências Regionais do Incra.

O marco legal que rege o programa está definido pela Norma Conjunta de Execução MDA/INCRA n ° 1, publicada em 22 de fevereiro de 2007.

Onde encontrar? Delegacia Federal da Sead no Estado da Bahia

Telefone: (71) 3505-5376

E-mail institucional: dfda-ba@mda.gov.br

Dificuldades encontradas no acesso: Realização dos mutirões que são bem escassos. Além disso, os últimos que foram realizado no Território datam de 2016 e não se tem previsão de novos mutirões na região.

Reforma Agrária

O que é? A Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os Latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.

Como acessar? Apesar de prevista na Constituição Federal de 1988, a titularidade conjunta da terra ocorria precariamente por não haver um instrumento legal que a tornasse obrigatória. A publicação da Portaria Nº 981/2003 e da Instrução Normativa Nº38/2007, do INCRA, alteraram este quadro ao efetivar o direito das mulheres à terra e os procedimentos para a sua inclusão.

- Mulher chefe de família tem direito preferencial à terra
- Crédito Apoio Mulher

Onde encontrar? Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – BA.

Tel: (71) 3505-5391/5392/5393

Dificuldades encontradas no acesso: Diminuição dos recursos destinados a realizar a reforma agrária.

Garantia Safra

O que é? O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) inicialmente voltada para os agricultores familiares que vivem no Nordeste do Brasil e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A região é a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), majoritariamente semiárida e que sofre perda sistemática de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.

Como acessar? O Garantia-Safra tem como beneficiários os agricultores que possuem renda familiar mensal de, no máximo, 1,5 (um e meio) salário mínimo e que plantam entre 0,6 e 5 hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão. Uma vez aderidos ao programa, eles passam a receber o benefício quando o município em que moram comprova a perda de, pelo menos, 50% do conjunto dessas produções, ou de outras a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Onde encontrar? No Território Chapada Diamantina as agricultoras devem procurar o Serviços Territorial de Apoio a Agricultura Familiar – SETAF. Tel: (75) 3612 7500

Dificuldades encontradas no acesso: Como informado no item da DAP, trata-se de um documento de titularidade conjunta, ou seja, é emitida em nome do casal. E no momento de inscrição no garantia safra, o nome que é inscrito é do primeiro titular, independente de quem vai realizar a inscrição. No momento de lançar, o sistema só aceita o nome do primeiro titular.

ATER

O que é? Orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas.

Como acessar? Existem diversos serviços que são ligados a ATER:

- Assistência Técnica nas Unidades de Produção Familiar (UPF)
- Emissão e atualização de DAP
- Garantia Safra – emissão, inscrição e laudos
- Elaboração e acompanhamento técnico de projetos crédito Pronaf
- Apoio ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Participação efetiva nos Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)
- Apoio aos programas de distribuição de insumos, sementes, animais e equipamentos
- Registro das informações das atividades executadas nos sistemas definidos

Onde encontrar? No Território Chapada Diamantina as agricultoras devem procurar o Serviços Territorial de Apoio a Agricultura Familiar – SETAF. Tel: (75) 3612 7500

Dificuldades encontradas no acesso: Com a extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e a criação da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - Bahiater a quantidade de profissionais atuando diminuiu, o que vem dificultando o acesso ao serviço. Por outro lado tem-se as chamadas públicas para contratação de entidade com objetivo de fazer essa assistência, porém não consegue cobrir todo o Estado.

Bahia Produtiva

O que é? É um projeto do governo do Estado da Bahia executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional- CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural- SDR, a partir de um acordo de empréstimo firmado entre o Estado e o Banco Mundial. São desenvolvidos projetos em oito cadeias produtivas prioritárias:

- Apicultura
- Aquicultura e Pesca Artesanal
- Caprinovinocultura
- Fruticultura
- Mandiocultura
- Oleaginosas
- Reciclagem de Resíduos Sólidos
- Bovinocultura de Leite

Quem pode acessar? Os Beneficiários devem estar vinculados a Organizações de Produtores e Associações Comunitárias legalmente constituídas. A CAR lança os editais que apresentam as condições de acesso, após isso as Associações fazem as inscrições no site da entidade e inicia-se o processo de seleção. Cabe ressaltar que nos projetos inscritos, quanto maior o número de mulheres, mais a entidade pontua.

Onde encontrar: Escritório Territorial da CAR – Seabra

Tel: (75) 3331 1069

Dificuldades encontradas no acesso: As inscrições para os editais são realizadas por meio de sistema eletrônico, além da dificuldade de ter nos municípios uma internet de qualidade para realizar o acesso ao sistema, ainda tem a compreensão no preenchimento dos formulários apresentados.

PNHR

O que é? Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa *Minha Casa Minha Vida*, através da Lei 11.977/2009 e com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente.

Como acessar? Para fazer parte do programa, o trabalhador rural ou agricultor familiar deve procurar uma entidade organizadora, que formará grupos de beneficiários interessados a participarem do Programa junto à Caixa.

Os beneficiários devem preencher alguns pré-requisitos:

- fazer parte de um grupo organizado pela Entidade Organizadora;
- idoneidade cadastral;
- capacidade civil – maioria ou menor emancipado com 16 anos completos;
- comprovação de estado civil;
- CPF regular na Receita Federal;
- brasileiro ou estrangeiro com visto permanente no País;
- se beneficiários assentados do PNRA, constar na RB entregue pelo INCRA à EO;
- comprovar renda familiar bruta anual de até R\$ 17.000,00.

Se agricultor familiar, atender também, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- apresentar DAP com até três anos de emissão até a data da contratação do empreendimento;
- utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento;
- ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento;
- e dirigir seu estabelecimento com sua família.

São Impedimentos do Beneficiário:

- possuir registro no CADIN;

- possuir débitos não regularizados junto à Receita Federal;
- possuir registro no CONRES, relacionada, direta ou indiretamente, com operações contratadas junto à CAIXA com vício de construção pendente de solução;
- ser detentor de financiamento imobiliário ativo, no âmbito do SFH, em qualquer localidade do País;
- ser detentor de área superior a 4 módulos fiscais, quantificadas segundo a legislação em vigor, exceto os extrativistas, assentados do INCRA, quilombolas e indígenas;
- ser proprietário, cessionário ou promitente comprador de imóvel residencial em qualquer localidade do país, exceto o imóvel objeto da operação no PNHR, no caso de reforma;
- tenham figurado, a qualquer época, como beneficiários de subvenções habitacionais lastreadas nos recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS;
- estar enquadrado no Grupo “D” do PRONAF, conforme informado no extrato da DAP;
- receber renda anual familiar consignada na DAP superior a R\$17.000,00, independentemente do enquadramento (A, A/C, B, C, D ou V);
- apresentar DAP no Grupo “V” com valor de renda igual a zero;
- ter recebido, a qualquer época, recursos do PNCF para construção da moradia;
- ser posseiro de boa fé, ocupante de terras particulares há menos de 5 anos.

Onde encontrar? Agência da Caixa Econômica – Seabra

Tel: (75) 3331-9000

Dificuldades encontradas no acesso: Entidades para pleitar o Projeto.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. A conciliação entre vida familiar e atividade laboral constitui um dos maiores desafios de nosso tempo. Buscar fórmulas de conciliação entre a atividade laboral e as tarefas de cuidado não é apenas assunto de negociação entre homens e mulheres, mas também entre o Estado, o mercado e a sociedade em geral.

A divisão sexual do trabalho trata-se ainda de tema pouco discutido entre as mulheres rurais. A apropriação daquilo que venha a ser trabalho de homens e trabalho de mulheres se reproduz desde a infância, quando temos meninas que brincam com bonecas, ganham fogões e geladeira de brinquedos e meninos ganham carros, ferramentas e outros que remetem a trabalhos fora de casa.

Mas a pergunta que fica neste momento: Como podemos discutir divisão sexual do trabalho no meio rural?

A ideia é que comecemos a colocar no papel a quantidade de horas que cada um trabalha em casa atividade, dentro e fora de casa, assim teremos o primeiro passo para discutir as jornadas de trabalho. Isso poderá ser feito a partir da matriz de distribuição das tarefas entre mulheres e homens apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Matriz de distribuição das tarefas entre mulheres e homens

Matriz de Distribuição das Tarefas entre Mulheres e Homens												
Tarefas	Mulheres						Homens					
	Atividade			Uso do Tempo			Atividade			Uso do Tempo		
Trabalho Produtivo/Reprodutivo	Adulta	Jovem*	Criança**	Adulta	Jovem	Criança	Adulto	Jovem	Criança	Adulto	Jovem	Criança
Agricultura												
Plantação												
Colheita												
Criação de animais												
Grande Porte												
Pequeno porte												
Outras atividades produtivas												
Beneficiamento												
Comercialização												
Compra de insumos												
Emprego fora da propriedade												
Tarefas Domésticas												
Pegar lenha												
Pegar água												
Cuidar da casa												
Cozinhar												
Cuidar das crianças												
Atividades sociais/culturais												
Trabalho comunitário												
Atividades educativas												
Atividades recreativas												
Projetos de desenvolvimento												
Atividades na hora de folga												
Visitas amigos, familiares												
Lazer												
Festas												
Outras atividades												
Legenda	Participa da atividade						Emprega muito tempo na atividade			+		
	Não participa da atividade						Emprega pouco tempo			-		
*Jovens aqui entendidos aqueles que tem entre 18 e 29 anos												
**Crianças aqui entendidas como aquelas que tem entre 10 e 17 anos												

Fonte: Adaptado de VERDEJO, 2007.

Depois passar-se-á a discussões mais focadas com os temas apresentados a seguir.

Maternidade e Discriminação

O que é? A mulher quando engravida, em muitos casos começa a sofrer discriminação, seja porque está impedida de realizar algumas atividades ou porque tem que faltar ao trabalho para realizar os exames e consultas imprescindíveis nesta fase.

Como identificar:

A identificação dessa situação no meio rural é mais complexa, pois a maioria das mulheres não trabalham em empresas.

Dificuldades ao tratar do tema: Especialmente no meio rural, onde as mulheres não trabalham com carteira assinada ou em empregos formais, as questões ligadas a maternidade e discriminação ficam subjugadas a segundo plano, não sendo discutidas ou apresentadas.

“Dupla” Jornada de Trabalho

- **O que é?** As várias atividades desenvolvidas pelas mulheres, que além de trabalhar “fora” no trabalho considerado produtivo também trabalham em casa (serviço doméstico) nas atividades diárias reprodutivas.
- **Como identificar:** Para identificar a quantidade de horas e as muitas atividades realizadas pelas mulheres durante o dia. Pode-se aplicar o quadro 1 apresentado acima e contabilizar a quantidade de horas trabalhadas pelos homens e pelas mulheres.
- **Dificuldades ao tratar do tema:** No meio rural onde é tema ainda é tabu, visto que os homens consideram ser obrigação das mulheres realizarem as atividades domésticas e o máximo (na melhor das hipóteses) é oferecer ajuda para alguns serviços.

Princípio da Separação

- **O que é?** Determina aquilo que é considerado trabalho de homem ou trabalho de mulher. Trata-se de um processo histórico de construção, que começa desde a infância. Enquanto o menino é preparado para trabalhar fora ao ganhar brinquedos que remetem a isso, como por exemplo ferramentas, carros, jogos, etc. Já as meninas recebem brinquedos que remetem ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos, como bonecas em carrinhos de bebê, fogões, geladeira, jogos de panelas.

Isso irá influenciar na vida adulta e na escolha inclusive da profissão, pois o mercado de trabalho busca determinar o que é atividade de homem e o que é atividade de mulher. Homens podem ser engenheiro, pedreiro, agricultor, marceneiro, mecânico. Mulheres devem ser professoras, assistente social, pedagogas. E quando alguém “foge” a essa realidade, é considerada revolucionária, abusada ou não tem o devido reconhecimento. Uma mulher se atrever a adentrar ao mercado genuinamente masculino, na maioria das vezes é menos valorizada e vista como menos competente do que um homem com as mesmas qualificações.

- **Como identificar:** Observe na sua casa, na sua família e na comunidade quais são as profissões dos homens e das mulheres e faça uma comparativo daquilo que é considerado trabalho de homem x trabalho de mulher.

- **Dificuldades ao tratar do tema:** No meio rural o machismo poderá ser ainda mais presente que no urbano, trata dessas questões de separação do que é de menino e o que menina pode alterar os ânimos dos mais conservadores. Dizer que um menino pode brincar de boneca e que isso não colocará em “xeque” a sua masculinidade.

Princípio hierárquico

- **O que é?** Homens em sua maioria nos cargos de chefia.
- **Como identificar:** Façamos um olhar sobre os cargos mais importantes na comunidade, no município e no Território. Seja em empresas privadas ou em instituições públicas. A partir disso, observa-se que a maioria deles é ocupados por homens.
- **Dificuldades ao tratar do tema:** Muitas pessoas ainda consideram as mulheres menos capacitadas que os homens para assumir cargos de chefia. Aqui é importante desconstruir essa visão de que as mulheres são menos eficientes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva desse guia orientador nos deu embasamento para acreditarmos que ele será útil nas discussões das políticas públicas para o meio rural e para as outras questões que envolvem as discussões de gênero, aqui em especial tratado a divisão sexual do trabalho e as nuances que a envolve.

É importante destacar que o guia busca a divulgação e a visibilidade das políticas públicas que podem ser acessadas pelas mulheres, e pensando no atual momento da conjuntura política, econômica e social na qual estamos inseridas, em que o retrocesso das questões sociais, das mulheres e do trabalho é visível, torna-se indispensável pautar essas questões.

Diante disso, percebe-se a importância da elaboração e posterior divulgação deste material para que as mulheres rurais, especialmente as sindicalizadas do Território de Identidade Chapada Diamantina possam conhecer, discutir e acessar esse material e que tenha utilidade no dia a dia delas.

Assim, por tudo exposto, foi possível perceber, que discutir questões ligadas às mulheres no meio rural não é uma tarefa fácil, mas possível e prazerosa. Perceber que as mulheres estão avançando nas lutas e conquistas por maior igualdade entre homens e mulheres e que tem consciência da importância disso, é de fato uma questão a ser comemorada, pois só assim poderemos contribuir na promoção da melhoria econômica e social, através da geração de aprendizagens que possam resgatar e valorizar as mulheres trabalhadoras rurais.

REFERÊNCIAS

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. 2ª Edição. Editora Unijuí: Ijuí, 2007.-96p.

BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (orgs). **Mulheres Rurais e Autonomia: Formação e articulação para efetivar políticas Públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132p.

SCOOT, P., CORDEIRO, R., MENEZES, M. (organizadoras) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

Site visitados:

- <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>
- <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/programa-nacional-da-trabalhadora-rural-pndtr>
- <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>
- <http://www.mst.org.br/reforma-agraria/>
- <http://www.incra.gov.br/ba>
- <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>
- <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>
- https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/27/15-diretrizes-que-evitam-discriminacao-contragravidez-e-maternidade-no-reino-unido_a_23289329/

APÊNDICE

Apêndice I – Formulário para identificação dos perfil das mulheres

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA ENTREVISTADA

A Universidade Estadual de Feira de Santana por meio do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e da mestranda Cristiane Nascimento Santos está realizando uma pesquisa territorial com o objetivo de identificar o perfil das mulheres inseridas nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR do Território Chapada Diamantina e de construir um guia metodológico junto aos Sindicatos por meio de metodologias participativas e com posterior referendo junto as mulheres líderes sindicais.

A pesquisa consta de uma entrevista em que serão feitas perguntas sobre a escolaridade, estado civil, a renda da família, o acesso a políticas públicas e divisão sexual do trabalho.

Este formulário é anônimo, ou seja, o nome da entrevistada não aparece em nenhum momento. Todas as informações colhidas são sigilosas e as pessoas não serão identificadas. Caso a senhora tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, esteja à vontade para me perguntar ou entrar em contato com a Coordenação do Mestrado. A senhora pode se recusar a participar da pesquisa inteira ou de qualquer parte dela e isto será bem compreendido pela entrevistadora.

No total, a duração da entrevista será em torno de 1 hora.

Atenciosamente,

Cristiane Nascimento Santos
Mestranda em Planejamento Territorial

Orientador: Prof. Dr. Onildo Araújo da
Silva

Coordenação do mestrado:

Universidade Estadual de Feira de Santana

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Módulo VII – MA7

Mestrado Profissional em Planejamento Territorial

Avenida Transnordestina, s/n, Bairro Novo Horizonte, Feira de Santana-BA

CEP: 44036-900. E-mail: planterr@uefs.br

Tel./fax: (75) 3161-8142

Concordo em participar da pesquisa

Assinatura da entrevistada

LOCAL E DATA: _____

FORMULÁRIO

1. Idade da mulher:
2. Estado Civil:
() Casada () Solteira () Viúva () Desquitada () Separada () Outros
3. Grau de Escolaridade:

4. Qual a sua função nessa entidade/instituição:

5. É sindicalizada há quanto tempo?

6. Local de residência: () Zona Rural () Zona Urbana

7. Se você tiver que classificar a sua cor em branca, preta, parda, amarela ou indígena, como se classificaria?

8. Tem filho (s)? () Sim Quantos? _____ () Não
9. Assiste televisão? () Não () Sim. Qual tipo de programa?

10. Ouve rádio? () Não () Sim Qual tipo de programa?

11. Navega pela internet visitando sites? () Não () Sim Qual tipo?

12. Utiliza celular? () Não () Sim
13. Utiliza redes sociais? () Não () Sim Qual tipo de programa (*whatsapp, facebook, twwiter, instagram*)? _____
14. Lê jornais, revistas, livros de literatura? () Não () Sim . Qual tipo?

15. Participa de igrejas, grupos religiosos? () Não () Sim Qual tipo?

16. Participa de outras instituições ou entidades associações, cooperativas ou projetos culturais? () Não () Sim Qual tipo?

17. Participa de programas e ações voluntárias? () Não () Sim Qual tipo? _____
18. Você tem atualmente algum tipo de atividade remunerada? () Não () Sim
19. Relação de trabalho:
() Empregada com carteira assinada
() Empregada sem carteira assinada
() Trabalha com a família
() Trabalhadora rural
() Autônoma

() Outro _____

20. Há quanto tempo está nesta ocupação? anos _____ ou meses _____

21. Quantas horas por semana você trabalha no sindicato?

22. Quantas horas em média de trabalho doméstico diariamente?

23. Divide atividades domésticas com alguém na residência? () Não () Sim. Com quem?

Você é beneficiária de algum programa social? () Não () Sim. Qual _____

24. Acessa alguma política pública? () Não () Sim

() PNAE

() PAA

() FIES

() PROUNI

() PRONAF

() Garantia Safra

() PNDTR

() ATER

() Minha Casa, minha vida

() Outras. Quais? _____

25. Faz parte de algum grupo ou entidade ou instituição integrada por mulheres?

() Sim. Qual? _____

() Não

26. Qual (is) tema (s) você considera indispensável a presença no Guia orientador relacionado as questões de gênero no meio rural?

.....

.....

.....

.....

.....

27. Um guia contendo informações relacionadas as questões de gênero será útil em quais situações na sua atuação enquanto liderança sindical?

.....

.....

.....
.....
.....

28. Existem ações desta entidade/instituição junto as mulheres líderes sindicais? Quais? Fale um pouco sobre elas.

.....
.....
.....
.....
.....
.....

29. Na sua visão a participação das mulheres na direção dos sindicatos contribuiu para melhoria na gestão dessas entidades?

.....
.....
.....
.....
.....

30. De acordo com a nova determinação as diretorias devem ser paritárias, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. Como tem sido a implementação disso?

.....
.....
.....
.....
.....

ANEXO**Anexo 1 – Modelo de Declaração Conjunta****DECLARAÇÃO CONJUNTA.**

Declaro para os devidos fins de direito, que os trabalhadores rurais abaixo relacionados, residentes e domiciliados neste Município de _____, são sócios deste Sindicato há mais de (01) um ano, estando em condições de votar e serem votados nas Eleições que será realizada nesta Entidade no dia _____.

Diretoria Executiva:

Presidente

Secretário Geral

Secretário de Finanças

Secretária de Mulheres

Secretário (a) de Jovens e Adolescentes

Secretário (a) de Políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente

Secretário (a) de Políticas Sociais

Secretário (a) Formação e Organização Sindical

Secretário (a) da Terceira Idade

Suplentes da Diretoria (mesmo cargos relacionados acima)

Presidente

Secretário Geral

Secretário de Finanças

Secretária de Mulheres

Secretário (a) de Jovens e Adolescentes

Secretário (a) de Políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente

Secretário (a) de Políticas Sociais

Secretário (a) Formação e Organização Sindical

Secretário (a) da Terceira Idade

Conselho Fiscal

01 – Conselheiro

02 – Conselheiro

03 – Conselheiro

Suplentes do Conselho Fiscal

01 – Conselheiro

02 – Conselheiro

03 – Conselheiro